



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

NAYANDRA KUTTI ENGERS

**O NÍVEL DE ADERÊNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO À PRÁTICA DE
DISCLOSURE VOLUNTÁRIO**

**CERRO LARGO
2015**

NAYANDRA KUTTI ENGERS

**O NÍVEL DE ADERÊNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO À PRÁTICA DE
DISCLOSURE VOLUNTÁRIO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Administração da Universidade Federal da
Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Administração.**

Orientador: Prof. Me. Artur Filipe Ewald Wuerges

CERRO LARGO

2015

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Engers, Nayandra Kutti

O NÍVEL DE ADERÊNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO À
PRÁTICA DE DISCLOSURE VOLUNTÁRIO/ Nayandra Kutti Engers.

-- 2015.

73 f.:il.

Orientador: Artur Filipe Ewald Wuerges.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
administração , Cerro Largo, RS, 2015.

1. Cooperativas de crédito. 2. Disclosure. 3. Índices
de disclosure voluntário. I. Wuerges, Artur Filipe
Ewald, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

NAYANDRA KUTTI ENGERS

**O NÍVEL DE ADERÊNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO À PRÁTICA DE
*DISCLOSURE VOLUNTÁRIO***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. . Me. Artur Filipe Ewald Wuerges

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Artur Filipe Ewald Wuerges
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Prof. Dr. Edegar Rotta
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Prof. Dr. Herton Castiglioni Lopes
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Primeiramente, á minha mãe Joslaine Regina Kutti Engers e a minha irmã Emanuela Kutti Engers, que sempre me apoiaram e acreditaram na minha capacidade; à minha tia Darla Rejane Kutti, como um gesto de amor e de lembrança; e por fim, à Cristiane Zamboni, que sempre incentivou meus sonhos e me proporcionou todo o apoio emocional para os obstáculos que enfrentei.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois só ELE tem o poder sob cada uma de nossas conquistas, assim como o controle absoluto de nossas vidas;

À minha mãe Joslaine Regina Kutti Engers e a minha irmã Emanuela Kutti Engers, que sempre foram os maiores motivos para as minhas conquistas;

À Universidade Federal da Fronteira Sul, pela oportunidade de estudo, de desenvolvimento pessoal e de preparação profissional através dos cursos oferecidos;

Aos professores do Curso de Bacharel em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul campus de Cerro Largo, pela disponibilidade, dedicação e pela magnitude dos ensinios disponibilizados;

Ao professor Artur Filipe Ewald Wuerges, por todo tempo, apoio, paciência e atenção dedicados;

E a todos os meus amigos que de alguma forma acabaram contribuindo e incentivando para a realização desta pesquisa.

RESUMO

O objetivo deste estudo consiste em determinar o nível de *disclosure* voluntário das vinte e cinco maiores cooperativas de crédito do Brasil e através dos índices obtidos, elaborar um ranking que demonstrasse os maiores níveis de evidenciação voluntária de informações financeiras. Para tanto, foram analisadas as demonstrações financeiras publicadas pelas organizações em suas páginas na internet, referentes aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014. A amostra do estudo foi selecionada de acordo com a lista das cem maiores cooperativas de capital financeiro do Brasil, publicada na página do Portal do Cooperativismo de Crédito, no dia 01 de março de 2014, portanto, configura-se como uma amostragem intencional ou de conveniência. Quanto à metodologia, é classificado como um estudo descritivo de abordagem quantitativa. Quanto aos meios para a coleta de dados utilizou-se uma a métrica de *disclosure* voluntário desenvolvida por Murcia *et. al* (2009). A análise dos dados se deu por meio por da aplicação de índices capazes identificar o grau de *disclosure* geral ou evidenciação das cooperativas, bem como o grau de *disclosure* das categorias de informações de ordem financeira, social e ambiental. Os resultados indicam que as cooperativas de crédito analisadas possuem pouca aderência à divulgação de informações de forma voluntária, principalmente em relação à categoria de informações ambientais.

Palavras-chave: Cooperativas de crédito. *Disclosure*. Índices de *disclosure* voluntário.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de cooperativas de créditos nacionais no período de 2010-2014	19
Gráfico 2 - Quantidade de associados nas cooperativas de crédito brasileiras no período 2006-2014	20
Gráfico 3 - Classificação dos índices de <i>disclosure</i> das cooperativas.....	53
Gráfico 4 - Índices de <i>disclosure</i> voluntário por período.....	55
Gráfico 5 - Percentual de cooperativas que realizaram evidenciações.....	56
Gráfico 6 - Prática de <i>disclosure</i> das cooperativas de crédito por períodos.....	57
Gráfico 7 - Comparativo entre os índices de <i>disclosure</i> por classes de informações.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudos brasileiros que abordam como tema o <i>disclosure</i> em cooperativas de crédito	21
Quadro 2 - Composição da amostra	40
Quadro 3 - Material de análise	42
Quadro 4 - Métrica desenvolvida por Murcia	44
Quadro 5 - Planilha utilizada para auxiliar na coleta dos dados.....	47
Quadro 6 - <i>Ranking</i> de <i>disclosure</i> das cooperativas de crédito.....	52
Quadro 7 - Nível de <i>disclosure</i> por classe de informações	58
Quadro 8 - Grau de <i>disclosure</i> das categorias de informações financeiras	61
Quadro 9 - Grau de <i>disclosure</i> das categorias de informações sociais.....	62
Quadro 10 - Grau de <i>disclosure</i> das categorias de informações ambientais	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA.....	11
1.1.1	Problema de pesquisa	15
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo geral	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	16
1.3	JUSTIFICATIVA	16
1.3.1	A importância da atuação econômica e social das cooperativas de crédito	17
1.3.2	O aumento da representatividade das cooperativas de crédito dentro do SFN nos últimos anos	18
1.3.3	A existência de poucos estudos sobre a prática de <i>disclosure</i> em cooperativas de crédito no Brasil	21
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1	A EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO	24
2.2	O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO MUNDO	27
2.3	O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL	30
2.4	A PRÁTICA DE DICLOSURE	33
3	METODOLOGIA	38
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	38
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	39
3.3	COLETA DE DADOS	41
3.3.1	Pré-análise	42
3.3.2	Exploração do material	43
3.3.3	Tratamento e interpretação dos resultados	49
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
4.1	ANÁLISE POR COOPERATIVA DE CRÉDITO – <i>RANKING</i>	52
4.2	ANÁLISE TEMPORAL – MÉDIA DOS ÍNDICES POR ANO	54
4.3	NÍVEL DE DISCLOSURE VOLUNTÁRIO POR CLASSES DE INFORMAÇÕES .	58
4.3.1	<i>Disclosure</i> voluntário de informações financeiras	60
4.3.2	<i>Disclosure</i> voluntário de informações sociais	61
4.3.3	<i>Disclosure</i> voluntário de informações ambientais	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXO A - Ranking das maiores cooperativas de crédito brasileiras – base dez/2013	72

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo situar o leitor na presente pesquisa. Desta forma, inicia-se apresentando uma breve contextualização sobre a temática que envolve tal proposta: as maiores cooperativas de crédito nacionais e seus níveis de *disclosure* voluntário. Entretanto, cabe destacar desde já que a justificativa para a escolha de tal temática se deu em virtude do crescimento do sistema cooperativista no cenário brasileiro, assim como da importância do estabelecimento de um nível de *disclosure* apropriado nesses empreendimentos como forma de firmar seus princípios e valores entre a comunidade através do desenvolvimento da governança corporativa. Na continuidade deste capítulo, foram apresentadas as intenções do estudo mediante a apresentação dos objetivos, da justificativa, das limitações, e por fim, da estrutura da pesquisa.

1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

As consequências de uma configuração de economia de mercado que preza pela competitividade acaba refletindo-se negativamente sobre o sistema financeiro tradicional, tornando-o cada dia mais oneroso e restritivo para a parcela da população que se encontra menos desenvolvida econômica e socialmente (ARAÚJO; SILVA, 2011). Em meio a esse cenário, as cooperativas de crédito surgem como possíveis alternativas para o resgate de pequenos agricultores e empreendedores que se encontram excluídos dos sistemas bancários tradicionais, ofertando-lhes oportunidades de crédito e financiamentos que visam a promoção do desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Em virtude do caráter social que as cooperativas de crédito apresentam, Etgeto *et.al* (2005) destacam que as suas atuações possuem um papel fundamental para o desenvolvimento econômico de pequenas regiões que encontram-se retraídas economicamente, pois oferecem crédito com maior facilidade para pequenos agricultores e empreendedores que não possuem as garantias mínimas exigidas para a retirada de crédito em outras instituições financeiras tradicionais.

Segundo Araújo e Silva (2011) as cooperativas de crédito geram uma série de benefícios aos seus associados, como assistência financeira, concessão de créditos, acesso ao microcrédito, realização de operações de captação de recursos, maiores facilidades para a obtenção de empréstimos e financiamentos com taxas de juros menores, atendimento personalizado com produtos específicos que voltados para as demandas dos associados, entre

outros. Considerando que as cooperativas de crédito possuem um grande portfólio de serviços a prestar, e que operam por meio da intermediação de recursos financeiros excedentes de agentes poupadores para subsidiar as ações produtivas de seus associados que necessitam de recursos, Freitag *et. al* (2009) enfatizam que as ações das cooperativas de crédito estão voltadas para a promoção do desenvolvimento local, pois, conforme a lógica dos autores, todos os recursos captados por esse modelo de instituições financeiras são totalmente investidos em suas áreas de abrangência.

Através da atuação das cooperativas de crédito muitos indivíduos acabam sendo inseridos novamente no mercado de trabalho devido à facilidade de acesso a créditos que acabam por financiar o desenvolvimento de suas atividades produtivas. Conforme a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2015) o cooperativismo deve exercer a função de unificar e criar um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico, baseado em uma filosofia de vida que segue os princípios da participação democrática, da solidariedade, da interdependência e da autonomia de todos os seus colaboradores, visando proporcionar o bem-estar social.

Portanto, por mais que as cooperativas de crédito atuem como instituições financeiras, trabalhando diretamente com operações de crédito, os seus fundamentos devem estar voltados sempre para a união e para a prosperidade conjunta de seus associados, e não para a obtenção de lucros. Indo ao encontro de tal concepção, Alves (2013) enfatiza que as “cooperativas surgem como um modelo de desenvolvimento alternativo, fundado em princípios próprios, e sua finalidade não é o lucro e sim o desenvolvimento social”, Freitag *et. al* (2009) complementam que as cooperativas de crédito são classificadas como um modelo de instituição financeira não bancária, de ajuda mútua entre associados.

Para Goes (2011), as cooperativas se diferem das empresas de capital aberto por voltar suas ações para a prosperidade de seus associados, sempre optando por decisões que conduzam ao equilíbrio e a rentabilidade dos investimentos dos seus membros, e também por atentarem para o crescimento da comunidade no geral. Dessa forma, Araújo e Silva (2011) enfatizam que o cooperativismo busca promover o ser humano através de estímulos que convergem para o autodesenvolvimento sustentável. No caso das cooperativas de crédito esse estímulo é proporcionado através da facilidade de acesso ao crédito. Segundo a OCB (2015) “as cooperativas de crédito são destinadas a promover a poupança e a financiar as necessidades ou empreendimentos de seus cooperados”, estando destinadas a atuar tanto no meio rural como no urbano.

Conforme a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) (2015), toda e qualquer cooperativa, independentemente do ramo em que atua, deve ter sua base fundamentada seguindo os valores de autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Os fundadores das primeiras cooperativas acreditavam que nesse modelo de organização, os seres humanos deveriam associar-se voluntariamente com o intuito de criar uma empresa de propriedade comum que fosse gerida democraticamente. Para tanto, todos os membros associados deveriam portar-se seguindo valores éticos, como honestidade, transparência, responsabilidade social e autoajuda. Atualmente tais princípios são defendidos como a base do cooperativismo autêntico, pois, mesmo após serem revisados e atualizados permaneceram essencialmente os mesmos que os praticados pelos seus pioneiros (ACI, 2015).

Freitag *et. al* (2009) destacam que a execução dos princípios cooperativistas, assim como as boas práticas de governança corporativa devem convergir para o funcionamento da transparência, da equidade, da prestação de contas e da responsabilidade corporativa. Dessa forma, Alves (2013) atribui aos administradores um papel fundamental na disponibilização de demonstrações contábeis que contenham informações uteis para os usuários internos e externos à organização.

Conforme Alves (2013), as cooperativas devem ser criadas e geridas com o propósito de prestar serviços aos seus sócios, em função do cooperado ser ao mesmo tempo dono e usuário da instituição. Portanto, no caso de uma cooperativa de crédito, os usuários externos, tais como associados, fornecedores, credores, governo e sociedade somente terão acesso às demonstrações se estas forem efetivamente publicadas (SCHULTZ *et. al*, 2012). Sendo assim, cabe destacar a importância da divulgação de informações contábeis por meio da prática de *disclosure*.

Diversos autores como Ponte e Oliveira (2004), Dantas *et. al* (2005), Malacrida e Yamamoto (2006), Murcia (2009), Alves (2013), Uema (2000), entre outros, destacam que o *disclosure* deve ser realizado com o propósito de fornecer informações úteis, que auxiliem o processo decisório de seus usuários. Em virtude dessa característica, pode ser definido como um canal de transmissão das informações da empresa para o mercado.

Porém, devido à existência de diferentes tipos de usuários das informações organizacionais, Uema (2000) faz algumas reflexões sobre como as informações podem atender satisfatoriamente todos os seus possíveis usuários. Para tanto, o autor levanta algumas questões, tais como: “para quem evidenciar?”, “o que evidenciar?” e “como evidenciar?”, e conclui que não existe uma fórmula pronta que possa responder tais questões, mas que em tal contexto é fundamental se conhecer o maior número possível de usuários, assim como suas

necessidades. Todavia, como destacam Schultz *et. al* (2012) e Rodrigues *et. al* (2014), as demonstrações contábeis devem apresentar, no geral, informações sobre o patrimônio das organizações, assim como sobre as práticas financeiras, econômicas e sociais.

Mediante tamanha abrangência da gama de informações que podem ser disponibilizadas para a realização de um nível de *disclosure* apropriado, cria-se uma constante preocupação referente à quantidade e a qualidade das informações fornecidas pela contabilidade que são divulgadas pelas organizações (SCHULTZ *et. al*, 2012; RODRIGUES *et. al*, 2014; UEMA, 2015). Como uma forma de controle da qualidade das informações disponibilizadas pelas organizações, o legislador e órgãos de regulamentação têm empreendido esforços, criando um conjunto de leis, normas, instruções e recomendações para as empresas brasileiras com o propósito de definir quais as informações que devem ser apresentadas em suas demonstrações contábeis e financeiras para proporcionar um nível de *disclosure* apropriado aos usuários (PONTE; OLIVEIRA, 2004, ALVES, 2013).

Entretanto, Ponte e Oliveira (2004) enfatizam que nem todas as orientações possuem um caráter de obrigatoriedade. Portanto a divulgação das informações torna-se mais uma questão de ética e de responsabilidade corporativa, o que em uma cooperativa de crédito deve ser seguido como princípios básicos. Indo ao encontro dessa concepção, Schultz *et. al* (2012), destacam que as cooperativas, assim como as associações autônomas de pessoas possuem diferentes níveis de evidenciação compulsória, geralmente bem mais modestos se comparados com os das companhias de capital aberto, até mesmo em certos casos há uma desobrigação de publicação. Para os autores, mesmo que o *disclosure* compulsório das cooperativas seja normatizado, ele ainda apresenta-se muito modesto, pois está voltado basicamente para à comunicação das demonstrações econômico-financeiras aos associados das cooperativas. Dessa forma, entendendo a importância que a divulgação das informações possui para firmar seu caráter econômico e social, assim como para atrair novos associados buscando promover o seu crescimento, algumas cooperativas de crédito optam por realizar a evidenciação de informações de forma voluntária.

No entanto, Dantas *et. al* (2005) destacam que a prática de evidenciação acarreta em custos para a empresa. Portanto deve haver um equilíbrio para a divulgação das informações, pois, ocultar ou fornecer um grande número de informações muito resumidas, assim como fornecer informações em excesso pode ser prejudicial para a empresa, para tanto, deve haver um equilíbrio entre o custo e o benefício das informações evidenciadas, ou seja, os benefícios da informação devem ser maiores que o custo para gerá-las. Todavia, anseia-se que as grandes organizações comecem aderir com maior intensidade à prática de *disclosure*, pois, devido à

representatividade que possuem em meio ao mercado suas ações são tomadas, muitas vezes, como exemplo e inspiração por outras organizações.

Devido ao destaque que as cooperativas de crédito brasileiras estão adquirindo, sobretudo na última década, em meio ao Sistema Financeiro Nacional, espera-se que estas organizações possuam um bom nível de *disclosure*, e que também estejam publicando informações para além das quais estão previstas por lei. Destaca-se, que em detrimento das cooperativas de crédito trabalharem diretamente com ativos financeiros de seus associados, os próprios membros das cooperativas passam a ter maior interesse ao acesso das informações contidas nas demonstrações financeira, assim sendo, soma-se mais um motivo pelo qual se espera que essas instituições possuam um bom nível de *disclosure* voluntário.

Mediante tais observações, o presente trabalho busca estudar o tema da divulgação voluntária de informações nas maiores cooperativas de crédito brasileiras, visando verificar os seus níveis de *disclosure* voluntário através da análise dos demonstrativos disponibilizados em suas páginas na internet. Cabe destacar que a publicação de demonstrativos não é a única forma de realizar a evidenciação voluntária, pois essa prática pode ser desenvolvida por meio de reuniões e assembleias com os associados ou por meio de outros eventos internos a essas instituições.

A próxima seção foi desenvolvida com o propósito de apresentar o problema, que surgiu como base para dar início a presente pesquisa.

1.1.1 Problema de pesquisa

Baseando-se nos argumentos apresentados na seção anterior, este estudo foi desenvolvido com o propósito de responder o seguinte problema de pesquisa: Qual é o nível de *disclosure* das maiores cooperativas de crédito brasileiras, com base nas informações divulgadas em seus *websites*?

Como forma de responder o problema levantado nesse estudo, foram traçados alguns objetivos que serviram como uma fonte norteadora para o desenvolvimento da presente pesquisa.

1.2 OBJETIVOS

Visando obter uma resposta satisfatória ao problema de pesquisa levantado, por este estudo, foram elaborados os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo geral

Identificar e analisar o nível de *disclosure* voluntário das vinte e cinco maiores cooperativas de crédito brasileiras, através da análise das demonstrações divulgadas em seus *websites*, para descobrir se tais cooperativas estão aderindo a essa forma de evidenciação e se estão publicando informações para além das de caráter obrigatório.

Como o objetivo geral deste estudo apresenta-se um tanto quanto amplo, foi necessário desmembrá-lo em metas mais específicas que conduzirão ao alcance do objetivo principal desse estudo. Essas metas específicas serão apresentadas na próxima seção.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Através de uma revisão bibliográfica, identificar um índice de *disclosure* adequado aos propósitos da pesquisa e adaptá-lo para o cálculo do nível de *disclosure* por classe de informação.

b) Identificar as vinte e cinco maiores cooperativas de créditos brasileiras que fazem a divulgação de seus demonstrativos por meio de *sites*.

c) Determinar e analisar o nível de *disclosure*, para cada período analisado, das cooperativas em relação à divulgação de informações econômicas, sociais e ambientais;

d) Elaborar um *ranking* de acordo com o índice de *disclosure* geral das vinte e cinco maiores cooperativas de crédito do Brasil;

Visando alcançar tais objetivos, foi elaborada uma adaptação da métrica de *disclosure* desenvolvida por Murcia (2009), com o propósito de detectar as informações contidas nas demonstrações das 25 maiores cooperativas de crédito brasileiras, conforme classificação do Portal do Cooperativismo Financeiro (2014), pelo Total de Ativos, durante os períodos de 2011, 2012, 2013 e 2014 e classificá-las num *ranking* conforme a quantidade de informações que são disponibilizadas. Mediante a adoção dos procedimentos metodológicos informados puderam ser calculados os índices para cada demonstração, em cada período proposto, por cada uma das cooperativas, e com base na quantidade das informações disponibilizadas, pode ser elaborado um diagnóstico sobre o nível de evidenciação de cada uma das cooperativas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Podem ser destacados três grandes motivos que contribuíram para a realização desta pesquisa: a) a importância da atuação econômica e social das cooperativas de crédito; b) o aumento da representatividade das cooperativas de crédito dentro do Sistema Financeiro Nacional (SFN) nos últimos anos; e por fim, c) a existência de poucos estudos sobre a prática de *disclosure* em cooperativas de crédito no Brasil. À vista desses motivos, as próximas seções ficaram encarregadas de melhor desenvolvê-los.

1.3.1 A importância da atuação econômica e social das cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito surgem como uma fonte de desenvolvimento e reinserção econômica para os indivíduos que encontram dificuldades para permanecerem no mercado de trabalho, ou até mesmo, para resgatar indivíduos que se encontram marginalizados. Considerando que o sistema econômico capitalista trás consigo muitas contradições sociais e econômicas, como o desemprego, a miséria, péssimas condições de desenvolvimento, em virtude da disputa de mercado e da constante busca pelo lucro, muitos indivíduos acabam sendo excluídos, tanto economicamente como socialmente, pois não encontram forças para se lançar e competir em meio a um mercado já consolidado por pequenas, médias e grandes organizações. Sendo assim, as cooperativas surgem como uma alternativa que visa proporcionar, através da união, da cooperação e do trabalho mútuo, subsídios para o crescimento e o desenvolvimento de pequenos agricultores, produtores e empreendedores.

Em meio ao atual contexto econômico, social e político, observa-se uma existência de concentração de renda na mão dos detentores das grandes organizações, pois têm o acesso facilitado à informação e a tecnologia devido sua influência econômica em meio ao mercado (BÚRIGO, 2006). Isso lhes proporciona maiores condições de desenvolvimento social e econômico, e em contrapartida os pequenos agricultores e empreendedores, por possuírem menos recursos financeiros e dificuldades de acesso à informação, ficam excluídos do mercado, e acabam, às vezes, não tendo acesso às condições básicas de sobrevivência.

Como uma forma de resgatar esses indivíduos da exclusão socioeconômica, torna-se necessário que a sociedade crie e ofereça oportunidades para a geração e distribuição de renda por meio da valorização do trabalho, tanto no meio rural como nas cidades. Essas oportunidades de desenvolvimento surgem por meio da facilidade de acesso a créditos e a financiamentos, pois esses benefícios possuem o poder de incentivar qualquer atividade econômica e produtiva que gera emprego e renda (BÚRIGO, 2006).

No Brasil, o acesso ao crédito pode ser facilitado por meio da atuação dos bancos comerciais, privados e estatais ou por meio das cooperativas de crédito. Nos bancos tradicionais o processo para o acesso ao crédito é altamente seletivo e excludente, pois essas instituições financeiras não possuem interesse em atender indivíduos que movimentam pouco dinheiro, têm poucas garantias e desejam fazer empréstimos de pequeno porte, logo, acabam dando preferências aos grandes investidores que movimentam maiores quantias financeiras e proporcionam um lucro maior (BÚRIGO, 2006). Em virtude dessa preferência de atendimento dos bancos, grande parte dos micros e pequenos empresários acabam ficando à margem da economia e do desenvolvimento e encontram na atuação das cooperativas de crédito uma forma de superar seus problemas econômicos, financeiros e sociais.

Cabe destacar que em meio a esse cenário, as cooperativas de crédito também surgem como reguladoras do sistema financeiro, pois suas taxas de juros apresentam-se menores que as taxas impostas pelos bancos tradicionais. Portanto, se houver uma diferença significativa de taxas no mercado será mais rentável fazer empréstimos e retirar créditos nas cooperativas, já que tais instituições possuem, em sua grande maioria, uma taxa de juros menor, se comparadas aos bancos.

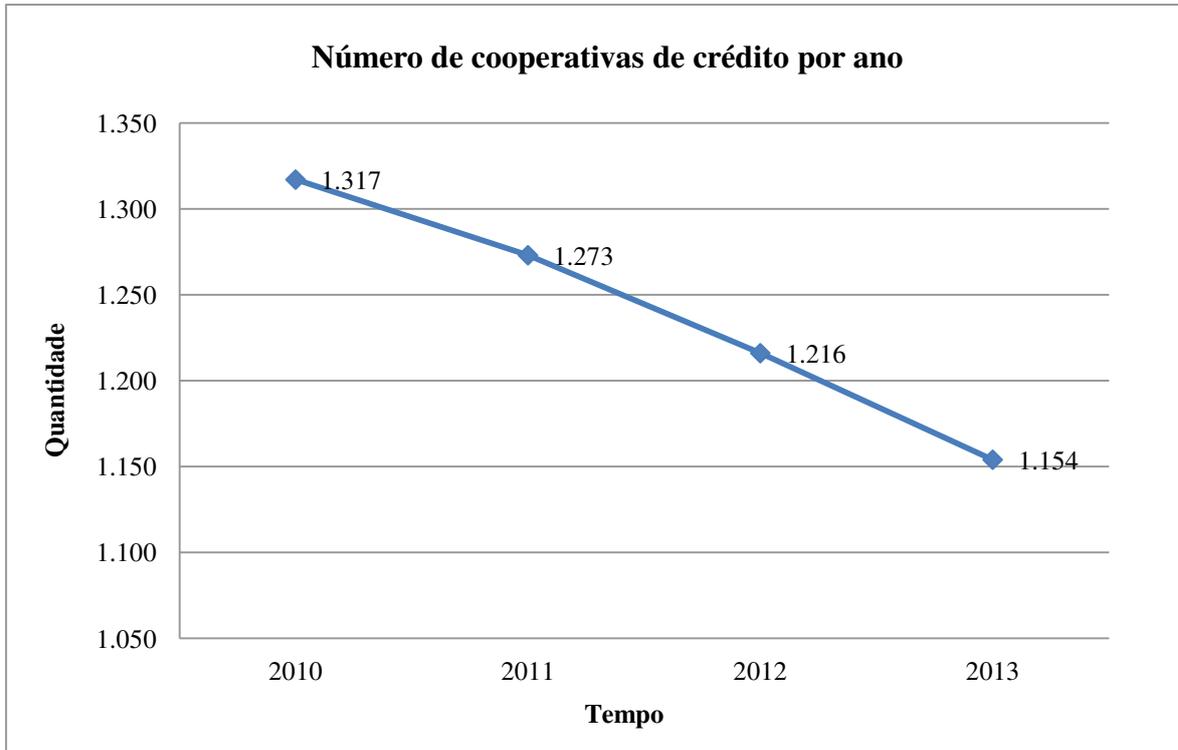
Em virtude de todos os benefícios que as cooperativas de crédito podem proporcionar para o desenvolvimento da população local ou regional de onde estão inseridas, cria-se um despertar ainda maior para o estudo da criação e do funcionamento dessas instituições no âmbito nacional. Outro fator que favorece utilização das cooperativas de crédito como tema de estudo, se concentra no aumento da representatividade dessas instituições, nos últimos anos, em meio ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

1.3.2 O aumento da representatividade das cooperativas de crédito dentro do SFN nos últimos anos

O cooperativismo de crédito vem despontando em meio ao SFN, nos últimos anos, em virtude do seu expressivo crescimento qualitativo (FRANZ; AZAMBUJA, 2015). Tal crescimento é caracterizado como qualitativo, pois, está diretamente relacionado com o aumento do número de associados, com o crescimento do volume das operações de crédito, com o crescente número de depósitos e de ativos totais dessas instituições. Indo ao encontro de tal constatação, uma pesquisa realizada pelo Sistema OCB (2015) enfatiza que, nas últimas décadas, houve uma diminuição do número de cooperativas de crédito ativas no Brasil. Em

2010 estavam cadastradas junto ao Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) 1.317 cooperativas, e até o final do ano de 2014, esse número reduziu em 16%.

Gráfico 1 - Quantidade de cooperativas de créditos nacionais no período de 2010-2014

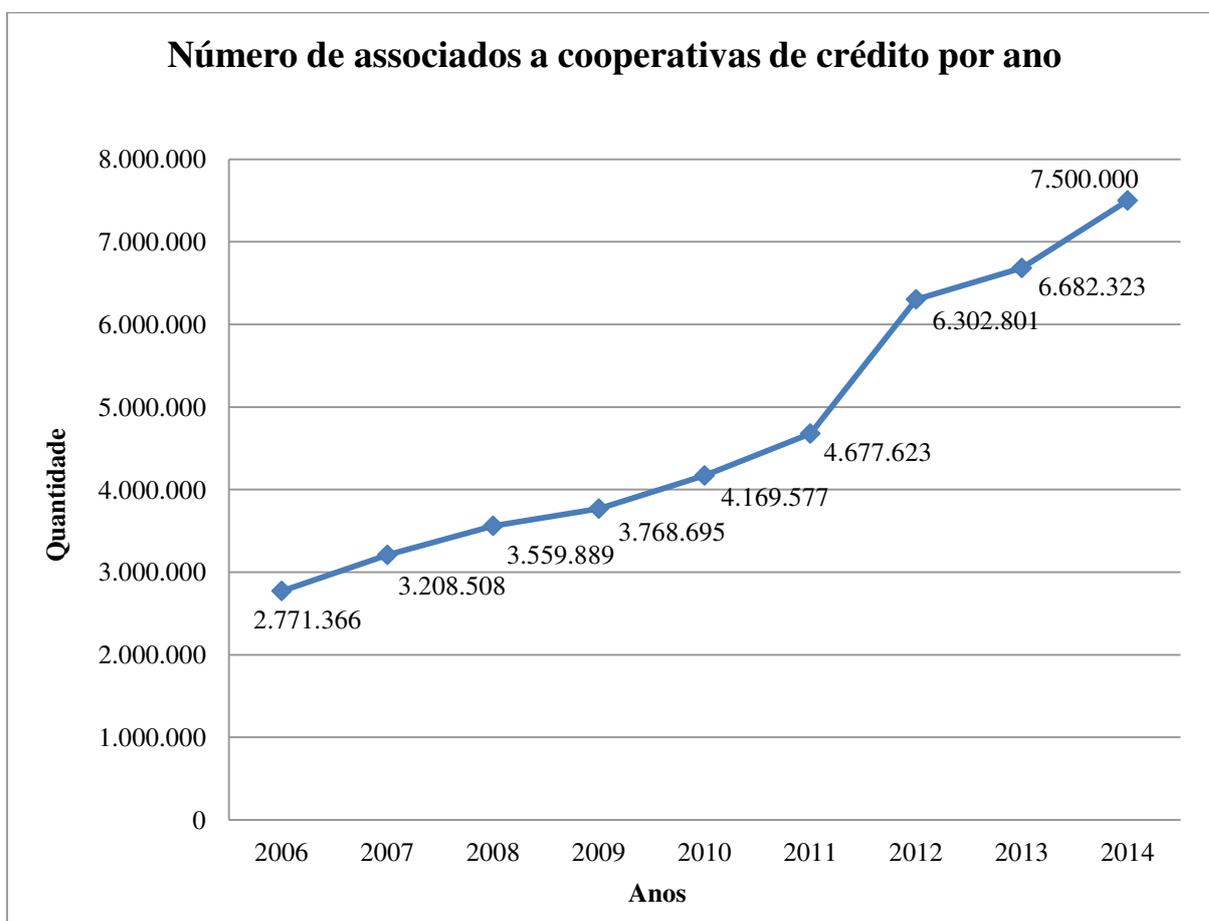


Fonte: Sistema OCB, 2015.

O Gráfico 1 demonstra o retrocesso do número de cooperativas de crédito no Brasil durante o período de 2010 à 2014. Cabe destacar que a redução no número de cooperativas de crédito não se deu necessariamente pelo fechamento das instituições, pois muitas aderiram aos processos de fusão e incorporação, visando seus fortalecimentos e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis (SISTEMA OCB, 2015).

Mesmo com a redução do número de cooperativas de crédito no Brasil houve um aumento geral do número de associados nessas instituições, como pode ser observado no Gráfico 2, de 2006 para 2014 houve um crescimento de 171% na base de cooperados registrados ao SNCC.

Gráfico 2 - Quantidade de associados nas cooperativas de crédito brasileiras no período 2006-2014



Fonte: Sistema OCB, 2015.

Para Ziliotto e Valerio (2011), quanto maior for o número de associados que utilizam os produtos e serviços ofertados pelas cooperativas de crédito, maiores serão os benefícios para as cooperativas, que terão um crescimento e uma maior participação no mercado, e para os próprios associados, pois possuem uma participação nos resultados dessas organizações. Indo ao encontro dessa concepção, os resultados da pesquisa realizada pelo Sistema OCB (2015), revelam que o aumento do número de associados nas cooperativas de crédito, nos últimos anos, acabou convergindo para o destaque dessas instituições em meio o SFN, pois houve um aumento no volume de depósitos e de operações de crédito que se refletiram no acréscimo dos ativos totais e do patrimônio líquido dessas instituições. Os aumentos de volume de depósitos e de operações de crédito das cooperativas de crédito se tornaram tão expressivos, que acabaram ultrapassando as médias gerais de crescimento desses indicadores no SFN.

Dentre os fatores que justificam o crescente aumento nos indicadores que convergem para o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no cenário nacional, podemos citar: o acirramento da concorrência de mercado, a instabilidade financeira, a elevação da taxa de juros e a conturbação política, econômica e financeira do cenário nacional e internacional (BÚRIGO, 2006). Esses fatores contribuem para que a população encontre no cooperativismo uma nova forma de prosperar, em meio a uma sociedade que é marcada pelas desigualdades e exclusões econômicas e sociais, causadas, sobretudo, pela acentuação da competição de mercado e pela atual configuração que o sistema econômico capitalista vem assumindo.

1.3.3 A existência de poucos estudos sobre a prática de *disclosure* em cooperativas de crédito no Brasil

Considerando que as cooperativas de crédito atuam com o propósito de promover o desenvolvimento econômico e social de seus associados, através do financiamento de suas atividades produtivas, acabam criando certo compromisso em fornecer a seus usuários um nível de informação que possibilite realizar a avaliação da sua situação econômica, financeira, patrimonial e ambiental, por meio da consolidação de suas demonstrações contábeis. Entretanto, para que possa ocorrer à consolidação das informações, as cooperativas devem elaborar seus relatórios com base na legislação do cooperativismo, na legislação societária, nas normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e, por fim, na necessidade informacional de seus usuários (ANSCHAU, 2011).

Analisando a importância da adoção da prática de *disclosure* como um canal informacional que converge para a firmação da transparência e do bom funcionamento das cooperativas de crédito, percebe-se que existem poucos estudos, no âmbito nacional, que abordam essa temática. Dentre os autores que elaboraram estudos utilizando como tema o *disclosure* em cooperativas de crédito, destacam-se os de Freitag *et.al* (2009), Anschau (2011), Raimundini *et.al* (2012), Alves (2013). O Quadro 1, apresenta um resumo, contendo os objetivos, a abordagem metodológica e os principais resultados desses estudos.

Quadro 1 - Estudos brasileiros que abordam como tema o *disclosure* em cooperativas de crédito

Autor/ Ano; Título:	Objetivo do estudo; Abordagem metodológica:	Principais resultados:
Freitag <i>et.al</i> (2009); O <i>disclosure</i> na percepção dos agentes - associado,	Identificar a percepção sobre o <i>disclosure</i> , na ótica desses agentes.	Os resultados indicam que os agentes não apresentam diferenças significativas de percepção no que diz respeito a aspectos

colaborador e gestor – na Cooperativa de Crédito Rural Campos Gerais.	Abordagem metodológica: Um estudo documental, de campo e de levantamento de cunho exploratório e descritivo.	relacionados a interesses comuns, como a importância de se analisar as demonstrações contábeis. Contudo, verificam-se diferenças de percepção dos agentes quanto aos aspectos que requerem uma participação ativa dos agentes no cotidiano da cooperativa.
Autor/ Ano; Título:	Objetivo do estudo; Abordagem metodológica:	Principais resultados:
Anschau (2011); Consolidação de demonstrações contábeis: um estudo de caso no Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi.	Analisar as diferentes metodologias utilizadas para a consolidação do Balanço Patrimonial no Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi e avaliar as principais vantagens e limitações de cada metodologia. Abordagem metodológica: Estudo de caso qualitativo de cunho exploratório.	Os resultados revelam que os métodos de consolidação e principalmente aquele que envolve todas as empresas mercantil-financeiras do Sistema Sicredi, permite uma melhor análise da situação financeira e patrimonial da organização atendendo às necessidades de seus principais interessados.
Autor/ Ano; Título:	Objetivo do estudo; Abordagem metodológica:	Principais resultados:
Raimundini <i>et.al</i> (2012); Evidenciação das demonstrações contábeis consolidadas do Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi	Analisar as diferentes metodologias utilizadas para a consolidação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício no Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi e avaliar as principais vantagens e limitações de cada metodologia sob a perspectiva da evidenciação contábil, com base no IFRS 10. Abordagem metodológica: Estudo de caso qualitativo de cunho descritivo.	O principal resultado do estudo mostra que o método de consolidação que envolve todas as empresas mercantil-financeiras do Sistema Sicredi permite uma melhor análise da situação financeira e patrimonial devido ao maior nível de evidenciação contábil do conglomerado. Conclui-se que as diferentes metodologias de consolidação das demonstrações contábeis aplicadas ao Sistema Sicredi evidenciam níveis diferentes da informação contábil. A adoção do conceito de controle, de acordo com o IFRS 10, na metodologia que consolida todo o conglomerado é aquela que apresenta maior <i>disclosure</i> .
Autor/ Ano; Título:	Objetivo do estudo; Abordagem metodológica:	Principais resultados:
Alves (2013); <i>Disclosure</i> voluntário das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito goianas.	Conhecer as práticas de <i>disclosure</i> voluntário das cooperativas de crédito de Estado de Goiás e criar um ranking de maiores níveis de evidenciação voluntária entre estas entidades. Abordagem metodológica: Análise de conteúdo de cunho qualitativo.	Os resultados indicam que poucas cooperativas evidenciam um número significativo de informações, enquanto a maioria se contenta apenas em cumprir o que é exigido por lei, e divulgando poucas informações de forma voluntária.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Como pode ser observado no Quadro 1, apesar dos autores utilizarem uma mesma temática, o foco de seus estudos é diferenciado, pois enquanto alguns autores buscam verificar qual é a metodologia mais eficaz para a evidenciação e as principais práticas de *disclosure*, outros buscam verificar a utilidade do *disclosure* para os usuários internos das cooperativas de crédito. Dessa forma, averiguando a pouca existência estudos que buscam identificar o nível de *disclosure* voluntário das maiores cooperativas de crédito brasileiras, esse estudo se propôs em realizar tal pesquisa abordando as 25 maiores cooperativas de crédito nacionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando que o este estudo teve por objetivo identificar o nível de *disclosure* voluntário das vinte e cinco maiores cooperativas de crédito brasileiras, a base do referencial bibliográfico do referido, iniciou apresentando alguns aspectos sobre a evolução do movimento cooperativista, com o propósito de gerar uma base de conhecimento capaz de tornar compreensível o surgimento das cooperativas de crédito no Brasil, e a evolução das mesmas.

Após foram discutidos alguns conceitos e normas específicas sobre a prática de *disclosure* nas cooperativas de crédito, com o propósito de encontrar subsídios teóricos sobre as práticas de *disclosure* voluntário e compulsório.

2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO

A cooperação é considerada como uma das práticas mais antigas da humanidade, pois há indícios da formação de associações solidárias desde a pré-história (TONDOLO; BITENCOURT, 2008). Como no princípio da humanidade os seres humanos viviam em bandos, tinham a concepção de que a terra era de propriedade coletiva, assim como todos os alimentos oriundos da caça, da pesca e do cultivo, acabaram configurando por meio dessas ações uma forma de cooperação que lhes garantiam a subsistência.

Todavia, Stecca (2013) enfatiza que ao adotar a concepção de que cooperativismo surgiu em meio às sociedades remotas, podendo ser entendido como uma ação antiga, que se configurou naturalmente como uma forma de garantia de sobrevivência humana, os estudiosos passam a criar uma visão equivocada do verdadeiro processo histórico da construção do cooperativismo e das cooperativas modernas.

Segundo Moraes (2013), o cooperativismo moderno iniciou o seu processo histórico no continente europeu, mais especificamente a partir do século XIX, com a Revolução Industrial. Durante esse período, a sociedade como um todo passou por profundas transformações, através da introdução de máquinas nas indústrias, do surgimento de grandes invenções, novas ideias e filosofias que acabaram revolucionando a sociedade, os processos produtivos e o cenário político-econômico da época.

A implantação das máquinas nas indústrias europeias acelerou os processos produtivos e fez com que o comércio entre as nações começasse a ser formado, devido o aumento significativo da produção, tendo como centro a Inglaterra. Como a Inglaterra era caracterizada

como uma nação escravocrata, liderada por uma elite latifundiária, as grandes intensidades de negócios acabaram contribuindo com a má distribuição de renda em meio à sociedade, que proporcionou uma grande concentração de renda para a elite detentora das indústrias, e em contrapartida, acabou explorando ainda mais os pequenos operários e trabalhadores (MORAES, 2013).

À vista disto, Stecca (2013) e Cançado (2005), enfatizam que o cooperativismo surgiu como uma das consequências da acentuação do liberalismo econômico durante o período da Revolução Industrial, configurando-se como um movimento social que buscava, através da união, encontrar alternativas para melhorar a vida da classe trabalhadora e dar acesso de mercado aos pequenos produtores. Sendo assim, Namorado (2005) enfatiza que cooperativismo moderno teve suas origens nas distorções sociais causadas pela acentuação do capitalismo, no início do século XIX.

Tondolo e Bitencourt (2008) afirmam que a configuração do cooperativismo moderno foi inspirada nos ideais dos socialistas existentes na época da Revolução Industrial, pois eles consideravam que só por meio da cooperação seria possível promover uma renovação e resolver os problemas sociais.

Dessa forma, em meio a um contexto marcado pela exploração do trabalho, foi fundada em 21 de dezembro de 1844, em Manchester (Inglaterra), a Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale (CANÇADO, 2005). Segundo Stecca (2014), a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale surgiu através de uma iniciativa de 28 tecelões de Rochdale em criar um armazém cooperativo com o propósito de suprir suas necessidades básicas, como de açúcar, trigo, vela entre outras.

Cançado (2005) e Etgeto *et. al* (2005), enfatizam que a Cooperativa de Rochdale foi a primeira organização desta natureza, e por isso, também surgiu como a fundadora dos princípios e valores cooperativistas. Cançado (2005), ainda complementa que depois dessa experiência inicial, o cooperativismo se difundiu pela Europa e pelo resto do mundo. Dessa forma, a experiência cooperativista moderna, começou a instaurar-se no Brasil em 1947, após a criação da cooperativa de Rochdale, através da ação de um grupo de europeus assentados na Colônia Tereza Cristina, Estado do Paraná, sob a liderança do médico francês Jean Maurice Freive (STECCA, 2013). Tal cooperativa não conseguiu permanecer, por muito tempo, em meio ao mercado competitivo da época.

Entretanto, como ressalta Stecca (2013), essa experiência serviu como base para que o cooperativismo e as cooperativas passassem a ser popularizados em nosso país, pois, após a criação da cooperativa no Paraná, foi fundada em 1887, na cidade de Campinas, estado de São

Paulo, a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista. Seguindo a trajetória da popularização das cooperativas no Brasil, foi fundada, em 1889, na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, a Sociedade Econômica Cooperativa, e posteriormente, em 1891, na cidade de Limeira, em São Paulo, a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. Posteriormente, em 1894 foi fundada a sede da Cooperativa Militar de Consumo, na cidade do Rio de Janeiro, e no ano seguinte, surgiu a Cooperativa de Consumo de Caramagibe, no Estado de Pernambuco (ETGETO *et.al*, 2005).

Entretanto, como destacam Búrigo (1999) e Stecca (2013), foi somente no decorrer da década de 1930 que o movimento cooperativista de fato começou a desenvolver certa força em meio à sociedade brasileira, pois durante esse período, houve um estímulo do poder público para o desenvolvimento do cooperativismo como forma de fortalecer o Estado em meio ao cenário econômico. Nesse período, acreditava-se também que o cooperativismo seria um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas. Dessa forma, em 1932 foi promulgada a lei básica do cooperativismo brasileiro, que passou a definir as especificidades do movimento com relação às demais instituições e formas de associações (STECCA, 2013).

Segundo Búrigo (1999), as cooperativas que surgiram com o propósito de se beneficiarem com os estímulos oferecidos pelo poder público, tiveram uma vida curta, pois surgiram sem representar as reais demandas dos produtores da época. Dessa forma, entre os anos de 1940 e 1960 pode se observar que as cooperativas de crédito, que eram majoritariamente de origem urbana, tinham certa superioridade de associados se comparadas com outros tipos de cooperativas existentes na época.

Por fim, visando fortalecer o sistema cooperativista como um movimento econômico e social, foi criada, no dia 2 de dezembro de 1969 a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com o propósito de unificar as centrais cooperativistas existentes na época. Dois anos, após a criação da OCB, foi promulgada uma lei e específica aos interesses cooperativistas, a Lei 5.764.

Anos depois, mais precisamente em novembro de 1995, foram reformulados e definidos os sete princípios cooperativistas que regulamentam as cooperativas até os dias atuais, através do XXXI Congresso da ACI (Associação Cooperativa Internacional), que ocorreu em Manchester na Inglaterra (ETGETO *et. al*, 2005).

Conforme Etgeto *et al.* (2005), esses sete princípios cooperativistas consistem na: I) Adesão Livre e Voluntária; II) Gestão Democrática; III) Participação Econômica dos Cooperados; IV) Autonomia e Independência; V) Educação, Formação e Informação; VI) Intercooperação; VII) Interesse pela comunidade.

Mediante tais princípios, a ACI (2015) define as cooperativas como:

uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidade econômicas, sociais e culturais comuns e aspirações através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida (ACI, 2015).

Dessa forma, como enfatizam Cançado (2005), Etgeto *et. al* (2005) e Tondolo e Bitencourt (2008), as cooperativas podem ser entendidas como uma forma de interação social, onde as pessoas se unem de forma organizada visando a satisfação de suas necessidades através do alcance de dos objetivos comuns a todos os cooperados.

Existem inúmeras classificações para as cooperativas conforme os seus ramos de atuação, dentre as quais podem ser encontradas as cooperativas de crédito. Entretanto, cabe ressaltar que independentemente dos seus ramos de atuação todas cooperativas promoverem o fortalecimento da união e do desenvolvimento social, econômico e cultural de seus cooperados, através da valorização do trabalho humano.

2.2 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO MUNDO

As primeiras manifestações das cooperativas de crédito surgiram a partir da segunda metade do século XIX, na Europa, sobretudo, através das experiências de Raiffeisen, Schulze-Delitzsch e Haas, na Alemanha, e de Luzzatti e Wolleborg, na Itália (ETGETO *et. al*, 2005). Segundo Bittencourt (2011), as primeiras cooperativas de crédito surgiram com o propósito de unir pessoas para juntar fundos e posteriormente viabilizar empréstimos de forma mútua, criando assim, condições para que a população mais pobre, principalmente do campo, pudesse melhorar suas condições de vida.

Segundo Pinheiro (2008), a base para o surgimento das cooperativas de crédito foi formulada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, a partir da criação da primeira associação de apoio para a população rural do povoado de Weyerbusch/Westerwald, no de 1847. Através do funcionamento dessa associação, Raiffeisen criou um modelo para a futura atividade cooperativista. Dessa forma, em 1864, fundou de fato, a primeira cooperativa de crédito denominada “Heddesdorfer Darlehnskassenverein” (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf). Segundo Geriz (2004), as cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen eram fundamentadas no princípio de ajuda mútua, mas acabaram admitindo auxílio de caráter filantrópico. Conforme o Portal do Cooperativismo Financeiro (2015), as cooperativas criadas por Raiffeisen se caracterizavam:

- a) Pela responsabilidade solidária e ilimitada quanto aos negócios realizados pela sociedade;
- b) Pela grande valorização da formação moral dos associados;
- c) Por não remunerar os dirigentes da sociedade;
- d) Por não distribuir retorno dos excedentes;
- e) Pela defesa da ideia de organização de um banco central para atender às necessidades das cooperativas de crédito.

Após a criação das cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen surgiram as cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch, por meio de Herman Schulze, a partir do ano de 1856, através da organização da primeira associação de dinheiro antecipado, na cidade alemã de Delitzsch (PINHEIRO, 2008). Conforme Geriz (2004), Schulze ficou reconhecido como o pioneiro das cooperativas de crédito urbanas, devido ao fato de ter fundado bancos populares entre os artesões alemães.

Cabe ressaltar que as cooperativas de crédito Schulze-Delitzsch começaram a ser idealizadas entre anos de 1808 a 1883, enquanto as cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen entre os anos 1818 e 1888. Porém, o surgimento, de fato, da primeira cooperativa, deu-se no ano de 1847, por meio de Friedrich Wilhelm Raiffeisen (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2015).

O Portal do Cooperativismo Financeiro (2015) destaca que as cooperativas de crédito do tipo Schulze-Delitzsch diferenciavam-se das cooperativas do tipo Raiffeisen devido ao fato de serem caracterizadas, sobretudo, pelos seguintes aspectos:

- a) O capital social era constituído através de quotas-partes integralizadas pelos associados;
- b) Adotavam o princípio de *self-help*;
- c) Constituía um fundo de reserva geralmente limitado a dez por cento do capital subscrito;
- d) Havia uma distribuição dos ganhos entre os sócios sob a forma de dividendo;
- e) Havia uma responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios pelos negócios da entidade.
- f) Não se caracterizavam como associações classistas, sendo permitida a participação de todas as categorias econômicas, todavia, voltavam-se mais especificamente à classe média urbana.

Segundo Geriz (2004), Herman Schulze trouxe grandes contribuições para o cooperativismo de crédito, pois além de fundar as cooperativas de crédito urbanas, surgiu

como o autor do projeto que serviu para a base da elaboração do primeiro Código Cooperativo, promulgado em 27 de março de 1867, na Alemanha.

Inspiradas nos dois modelos cooperativistas alemães, descritos acima, surgiram as cooperativas do tipo Haas, representando uma transição entre os modelos do tipo Raiffeisen e Schulze-Delitzsch (GERIZ, 2004; PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2015). Sob a perspectiva de Geriz (2004) as cooperativas do tipo Haas foram idealizadas por Wilhelm Haas entre os anos de 1838 e 1913, com o propósito de consolidar a independência dos agricultores da época, através do aumento do crédito agrícola, da compra conjunta de maquinários e ferramentas utilizados na produção agrícola, da redução dos preços dos produtos, da melhoria da qualidade da produção, entre outros benefícios.

Conforme Geriz (2004) e o Portal do Cooperativismo Financeiro (2015), Haas preocupava-se somente com o caráter econômico de suas cooperativas, não se preocupando com os aspectos éticos e cristãos das entidades.

Tendo como base o movimento cooperativista alemão, Luigi Luzzati, organiza na cidade de Milão, na Itália, as primeiras cooperativas chamadas de bancos populares, no ano de 1865 (PINHEIRO, 2008). Segundo Geriz (2004), os bancos populares Luzzatti adotavam o princípio de *self-help* (autoajuda), mas admitiam ajudas estatais sob a forma de suporte, até que conseguiram assumir por conta própria as responsabilidades do negócio. Esse tipo de cooperativa se caracterizava, sobretudo, por valorizar as qualidades morais de seus associados, por conceder empréstimos através da palavra e da honra e por não remunerar seus administradores (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2015).

Ainda na Itália, no ano de 1883 foi criada uma cooperativa de crédito, diferente dos modelos até então apresentados, na cidade de Pádua (GERIZ, 2004). Tal cooperativa deu origem às cooperativas Wollemborg.

As cooperativas Wollemborg caracterizam-se por admitir a responsabilidade solidária e ilimitada dos associados quanto aos negócios realizados pela entidade, por priorizar o caráter financeiro da sociedade e por não admitir a remuneração dos dirigentes, nem a distribuição de retornos (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2015).

Quase uma década depois, no dia 6 de dezembro de 1890, surgiu no Canadá a primeira cooperativa de crédito Desjardins, por meio da idealização de Alphonse Desjardins, de criar uma espécie de cooperativa inspirada nos modelos Raiffeisen, Schulze-Delitzsch e Luzzatti, adaptando-as à tradição dos *saving banks* dos Estados Unidos e aos seus valores religiosos pessoais (GERIZ, 2004). Visando fortalecer suas instituições cooperativistas, Desjardins construiu um órgão centralizador que oferecia a prestação de serviços de educação, assistência

técnica, divulgação das cooperativas de crédito e promoveu a estabilização econômica de suas cooperativas mediante a constituição de uma Caixa Central (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2015).

Conforme Geriz (2004), o modelo Desjardins de cooperativa de crédito teve rápida expansão em todo o mundo, e serviu como inspiração para um grande número de cooperativas de crédito que ainda estão em funcionamento, nos mais diversos países.

Após essas primeiras concepções da história do cooperativismo de crédito, pode se constatar que o sistema evoluiu muito em meio a sociedade, procurando subsidiar uma nova forma de desenvolvimento humano por meio do trabalho, dessa forma, foi sempre muito bem aceito por vários países.

2.3 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

O cooperativismo de crédito chegou ao Brasil no século XX, através do trabalho de um grupo de religiosos de origem europeia que atuavam no estado do Rio Grande do Sul (BÚRIGO, 1999). Segundo Bittencout (2011), esse grupo de imigrantes, formado basicamente por italianos e alemães, implantaram um sistema de crédito seguindo os moldes das organizações de suas cidades de origem, na tentativa de resolver os problemas relacionados ao crédito, a produção e ao consumo, encontrados no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, foi criada, no dia 28 de dezembro de 1902, a primeira cooperativa de crédito brasileira, na localidade de Linha Imperial, no município de Nova Petrópolis, conhecida inicialmente por Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, que posteriormente foi denominada de Caixa Rural de Nova Petrópolis (PINHEIRO, 2008). Conforme Moraes (2013), o pioneiro desta experiência, um padre jesuíta de 34 anos, denominado Theodor Amstad. Segundo Moraes (2013), Pinheiro (2008) e Búrigo (2009), essa cooperativa foi fundada seguindo as características das cooperativas do tipo Raiffeisen e continua em atividade até os dias atuais, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneiros da Serra Gaúcha Sicredi Pioneira/RS.

Segundo Moraes (2013) e Pinheiro (2008) o padre jesuíta Theodor Amstad também acabou influenciando na criação da primeira cooperativa do tipo Luzzatti no Brasil, denominada Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado. Tal cooperativa foi fundada no dia 1º de março de 1906, no município de Lajeado, Rio Grande do Sul e continua em atividade até hoje, porém com o nome de Cooperativa de Crédito de Lajeado (PINHEIRO, 2008).

A partir da criação desses dois modelos cooperativistas, o movimento passou a ganhar força expandindo-se por todas as regiões do país, com destaque no estado gaúcho que, inclusive, chegou a organizar em Porto Alegre uma central responsável pela coordenação de todas as cooperativas singulares, a Cooperativa Central das Caixas Populares (ETGETO *et. al*, 2005).

Mediante ao êxito do movimento cooperativista rural, alguns grupos urbanos decidiram criar cooperativas de crédito urbanas (MORAES, 2013). Dessa forma, observou-se também o desenvolvimento das cooperativas do tipo Luzzatti, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste do país (ETGETO *et. al*, 2005).

Devido à proporção da expansão do cooperativismo de crédito, o Governo sentiu-se obrigado a criar normas e leis para o setor visando regulamentá-lo. Dessa forma, surgiu o primeiro ordenamento jurídico, responsável pelas disposições sobre o funcionamento das organizações cooperativas no país, através da homologação do Decreto nº 1.637 de 05/01/1907. Entretanto, como apenas o art. 23 desse decreto estava direcionado as cooperativas de crédito, e a expansão do movimento cooperativista não paravam de crescer, fez-se necessária à criação de mais um artigo com o propósito de fornecer regulamentação ao setor. Assim sendo, foi criado no dia 19 de dezembro de 1932, o Decreto nº 22.239, que acabou reformulando o Decreto nº 1.637/1907 (MORAES, 2013; BÚRIGO, 2009).

Segundo Búrigo (2009), o Decreto nº 22.239 demonstrava o interesse do Estado em expandir o cooperativismo de crédito no Brasil, porém sem lhe proporcionar autonomia total. Devido ao impulso dado pelo Governo para a expansão do cooperativismo de crédito, as cooperativas de crédito acabaram se popularizando em meio aos brasileiros durante os anos de 1940 e 1950 (BÚRIGO, 2009). Em 1961, como resultado da expansão do cooperativismo de crédito, surgiu no Brasil, um terceiro modelo de cooperativas de crédito, denominadas cooperativas de economia e de crédito mútuo. Segundo Búrigo (2009), esse novo modelo de cooperativas teve como suporte, para a sua criação, o modelo Desjardins.

Bittencourt (2011) enfatiza que as cooperativas de crédito tiveram um grande desenvolvimento até o início da década de 1960, tornando-se a principal fonte de sustentação de muitos cidadãos. Entretanto, devido aos problemas administrativos enfrentados por muitas dessas instituições, no final da década de 50 começaram a surgir algumas desconfianças e até mesmo, desvirtuamentos de seus objetivos iniciais. Ou seja, a partir desse momento iniciou-se novamente um período de estagnação expansiva do cooperativismo de crédito.

Mediante a dificuldade de criação de um órgão competente que fosse capaz de realizar a fiscalização das cooperativas de crédito, novamente o Estado viu-se obrigado a formular e

homologar o Decreto nº 1.503, de 12 de novembro de 1962, com o propósito de suspender a criação e o registro de novas cooperativas de crédito, na tentativa de conter os propósitos escusos aos princípios cooperativistas (MORAES, 2013). À vista disso, Búriço (2009) enfatiza que o Governo iniciou o processo de implantação de medidas restritivas do movimento de crédito cooperativista no país, antes mesmo do Golpe Militar em 1964.

Conforme Moraes (2013), a partir de 1964, com a instauração da Ditadura Militar, o cooperativismo de crédito passou pelo período mais obscuro de sua trajetória no Brasil, pois o governo militar buscou favorecer os interesses dos banqueiros, assim como, decidiu desenvolver os bancos estatais. Dessa forma, nesse mesmo ano, entrou em vigor a Lei da Reforma Bancária (Lei nº 4.595) que acabou reestruturando o Sistema Financeiro Nacional e definindo a nova política monetária, bancária e creditícia no país (MORAES, 2013).

Por meio da Lei da Reforma Bancária foi criado o Conselho Monetário Nacional (CMN), e através do artigo 8º, acabou transformando a Superintendência da Moeda e do Crédito no Banco Central do Brasil. Com essa Lei, também foram novamente abertas possibilidades para a criação de cooperativas, entretanto, foi estabelecida uma série de exigências, como a subordinação de fiscalização ao Banco Central do Brasil (BÚRIGO, 2009; MORAES, 2013). Dessa forma, tanto a criação quanto o desenvolvimento das cooperativas de crédito se tornaram quase inalcançáveis, devido à obrigatoriedade da adoção de uma reestruturação e da limitação de atuação que lhes foram impostas. Como resultado, várias cooperativas de crédito acabaram liquidadas, dentre as quais se destacam as do tipo Luzzatti (BITTENCOURT, 2011). Búriço (2009) destaca que foi, principalmente, por meio do cooperativismo de crédito urbano que o sistema conseguiu resistir aos anos de ditadura no Brasil.

Somente no início dos anos 80, o cooperativismo de crédito rural começou a expandir-se novamente, em função das mudanças na política de financiamento da agricultura brasileira, da indexação de preços e da diminuição das subvenções ao crédito (BITTENCOURT, 2011; MORAES, 2013).

Mediante esse cenário favorável para o crescimento do sistema de crédito cooperativista, foi criada a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul (COCECRER), em 1981. Segundo Etgeto *et. al* (2005) a criação dessa cooperativa de crédito central é considerada como uma fonte propulsora do ressurgimento das cooperativas de crédito em nível nacional. Durante esse período, as cooperativas de crédito contaram com a contribuição de outras instituições para dar uma maior organização ao movimento cooperativista (ETGETO *et. al*, 2005).

No fim dos anos 80 foi promulgada a Constituição de 1988, dessa forma, o Brasil passou a estabelecer-se com um país democrata. Conseqüentemente, os anos 90 surgiram como o período mais rico e mais propício para o desenvolvimento do cooperativismo de crédito. Em 1995, foi promulgada a Resolução nº 2.193, de 31/08/1995 que facultava a criação dos bancos cooperativos, outra grande conquista para o sistema cooperativista se deu por meio da publicação da Resolução nº 2.608, de 27 de maio de 1999, do Conselho Monetário Nacional, que revogou resoluções anteriores, e acabou regulando e disciplinando a constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito. Em 17 de abril de 2009, o cooperativismo de crédito obteve mais um grande conquista através da sanção da Lei Complementar Nº130, que regulamenta e especifica a função do Sistema de Crédito Cooperativo (MORAES, 2013).

O processo inicial de implantação do cooperativismo de crédito no Brasil não teve muitas implicações o que facilitou a sua rápida propagação em meio ao país. Porém como o sistema cresceu sem o amparo de um órgão regulador passou a enfrentar dificuldades para manter tamanha expansão sem perder a base de seus princípios. Dessa forma, o Estado passou a intervir, através de regulamentações, visando desenvolver tais organizações de forma sustentável. Entretanto, mediante o período da Ditadura Militar foi criada uma série de barreiras legais, com o propósito de conter o crescimento do cooperativismo, visando, dessa forma, defender o interesse dos bancários da época.

Após o período da Ditadura Militar, novamente o cooperativismo de crédito começou a ter apoio para se desenvolver, através de criação de leis que defendessem e proporcionassem os seus desenvolvimentos.

2.4 A PRÁTICA DE DICLOSURE

Cabe ressaltar que neste estudo o termo “*disclosure*” possui o mesmo significado do termo “evidenciação”, pois, não há um significado restrito para cada uma dessas palavras. O único ponto que as difere são suas origens terminológicas, pois, uma é de nacionalidade americana enquanto a outra é de nacionalidade brasileira, ou seja, uma é simplesmente a tradução da outra. Como o termo *disclosure* teve uma aceitação positiva em meio a contabilidade financeira nacional, optou-se em utilizar tal terminologia neste estudo.

Segundo, muitos autores brasileiros, como Cunha e Ribeiro (2006), o termo *disclosure* ou evidenciação, têm como significado tornar algo evidente, transparente, visível. Dessa forma, relacionando a função do termo *disclosure* com as funções da contabilidade financeira

e gerencial, Incibidus (2004) enfatiza que as duas funções são complementares, pois, assim com a contabilidade o *disclosure* surge com o objetivo de prestar informações diferenciadas e úteis a todos os seus usuários, subsidiando o processo decisório dos mesmos.

Dessa forma, Lanzana (2004) também contextualiza o *disclosure* como uma ferramenta da contabilidade gerencial, capaz de estreitar a comunicação da organização com os seus cooperados, através da mediação das informações contábeis, financeiras, sociais e ambientais da uma empresa, por meio de relatórios, notas explicativas, entre outros instrumentos, aos usuários ou interessados em informações sobre a atuação da organização. Lanzana (2004) enfatiza que o *disclosure* deve contribuir com a contabilidade no processo de análise das atividades que estão sendo desenvolvidas pelas organizações, com a finalidade de resumir-las, organizá-las e esclarecê-las, contribuindo com a apresentação do panorama da situação em que a organização se encontra, exercendo dessa forma, uma função comunicativa, que visa transmitir informações capazes de direcionar o processo decisório dos tomadores de decisão. Sendo assim, o *disclosure* surge como um meio comunicativo que permite a comunicação da atual situação da empresa para o mercado.

Contribuindo com essa concepção formulada por Lanzana (2004), sobre a função do *disclosure*, Niyama e Gomes (1996) enfatizam que o *disclosure* está relacionado à qualidade das informações financeiras, econômicas, sociais e ambientais, sobre as operações, os recursos e as obrigações de uma organização. Sendo assim, o autor ressalta a importância desse instrumento, como uma fonte de informações que acaba proporcionando o acompanhamento evolutivo de uma organização, e dessa forma, possibilita inferências sobre o seu futuro.

Fazendo uma análise sobre a necessidade da prática de *disclosure*, Murcia e Santos (2009), enfatizam que esse instrumento surge como um canal de transmissão de informações desenvolvido com base na assimetria informacional entre controladores, administradores e os usuários que sentem a necessidade de estar informados sobre as ações que as empresas estão tomando.

Devido à utilidade das informações que são divulgadas por meio do *disclosure*, Soares (2010), enfatiza que todas as organizações devem divulgar informações qualitativas e quantitativas que possibilitem a compreensão das atividades desenvolvidas e dos riscos aos quais estão expostas. Assim sendo, o usuário da informação poderá realizar uma interpretação sobre o futuro da empresa. Sob essa perspectiva, o autor enfatiza que é de extrema importância que a informação presente nos demonstrativos seja coerente e certa, pois deve

representar com fidelidade os fatos contábeis e atos administrativos que ocorreram dentro da organização.

Indo ao encontro dessa concepção Raimundini *et. al* (2012), enfatizam a importância da adoção da prática de *disclosure* nas cooperativas de crédito, pois, segundo os autores, essas instituições sentem-se obrigadas a fornecer informações para seus associados devido a suas formas de atuações no mercado, que convergem para crescimento de todos os associados. Devido a esse caráter econômico que converge para o desenvolvimento social, as cooperativas devem estar preparadas para fornecer a seus associados e gestores a melhor avaliação possível do seu posicionamento financeiro e patrimonial por meio da divulgação de suas demonstrações contábeis.

Conforme Santos, Gouveia e Vieira (2008) a prática de *disclosure* nas cooperativas de crédito devem surgir com o propósito de evidenciar aspectos e informações relacionados com as suas naturezas econômicas e sociais, em virtude da firmação de seus princípios institucionais. Para os autores, uma cooperativa de crédito que visa atender às necessidades de informações dos diversos usuários deve atuar respeitando concomitantemente a legislação do cooperativismo, a legislação societária, as normas do BACEN e a necessidade informacional dos gestores e associados.

Para Goes (2001) e Alves (2013) as cooperativas de crédito são regulamentadas, no Brasil, principalmente pela Lei n. 5764 de 16 de dezembro de 1971, pela Lei Complementar nº 130 de 17 de abril de 2009, e a Resolução do Banco Central nº 3859, publicada em 27 de maio de 2010. Porém, cabe ressaltar que além dessas leis, as cooperativas de crédito devem ser geridas conforme as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a NBC T 10.8.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade - NBC T 10.8 - entidades cooperativas (2002), a divulgação das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito deve atender a NBC T 6, Norma da Divulgação das Demonstrações Contábeis. Conforme o Conselho Federal de Contabilidade - NBC T 6 - da divulgação das demonstrações contábeis (1992), as cooperativas de crédito devem realizar a divulgação de suas informações com o objetivo de:

fornecer aos seus usuários um conjunto mínimo de informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social que lhes possibilitem o conhecimento e a análise da situação da Entidade (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, NBC T 6 -DA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, 1992).

Cabe ressaltar que a divulgação das informações pode ocorrer por meio da imprensa oficial em qualquer uma de suas modalidades abrangendo dessa forma os meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

Conforme a NBC T 10.8.7.1, as demonstrações contábeis das cooperativas de crédito devem ser contempladas por notas explicativas que contenham informações sobre:

- a) contexto operacional da Entidade Cooperativa;
- b) as principais atividades desenvolvidas pelas Entidades Cooperativa;
- c) forma de apresentação das demonstrações contábeis;
- d) principais práticas contábeis adotadas;
- e) apresentação analítica dos principais grupos de contas, quando não apresentados no balanço patrimonial;
- f) investimentos relevantes, contendo o nome da entidade investida, número e tipo de ações/quotas, percentual de participação no capital, valor do Patrimônio Líquido, data-base da avaliação, resultado apurado por ela no exercício, provisão para perdas sobre os investimentos e, quando da existência de ágio e/ou deságio, valor envolvido, fundamento e critério de amortização;
- g) saldos (ativos e passivos) e transações (receitas e despesas) com partes relacionadas que não sejam associados, com desdobramento conforme a natureza das operações;
- h) composição do imobilizado e diferido, valores respectivos das depreciações, amortizações e exaustões acumuladas, taxas adotadas e montantes do período;
- i) composição dos tipos de empréstimos, financiamentos, montantes a vencer a longo prazo, taxas, garantias e principais cláusulas contratuais restritivas;
- j) contingências existentes, com especificação de sua natureza, estimativa de valores e situação quanto ao seu possível desfecho;
- k) composição da conta Capital Social, com número de associados existentes na data do encerramento do exercício e valor da quota-parte;
- l) discriminação das reservas, detalhamento suas natureza e finalidade;
- m) mudanças de critérios e práticas contábeis que interfiram na avaliação do patrimônio da Entidade Cooperativa, destacando seus efeitos;
- n) composição, forma e prazo de realização das perdas registradas no Ativo; e
- o) eventos subsequentes.

Cabe ressaltar que tais informações são regulamentadas por lei. Dessa forma, são consideradas como informações mínimas e compulsórias. Portanto, a norma estabelece um parâmetro de orientação para a prática um *disclosure* mínimo compulsório. Mediante as

exigências mínimas estipuladas por lei, cabe ao pesquisador criar um parâmetro capaz de estabelecer um nível de *disclosure* voluntário.

3 METODOLOGIA

A metodologia destina-se a nortear os caminhos, a serem percorridos durante a realização da pesquisa, e dos instrumentos utilizados para o alcance dos objetivos do estudo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Com isso, cria-se uma necessidade de se traçar um delineamento da pesquisa, que surge como um modelo conceitual e operativo do estudo que se encarrega da descrição dos procedimentos metodológicos (GIL, 1996).

Para Gil (1996), o delineamento da pesquisa considera o ambiente e o contexto em que são coletados os dados, dando ênfase aos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, facilitando o processo de classificação das pesquisas. Contudo, após o processo de classificação da pesquisa, torna-se necessário realizar a identificação da amostra; a descrição do roteiro de aplicação dos métodos utilizados para o desenvolvimento do estudo; a descrição da análise dos dados coletados; assim como, realizar o levantamento das limitações da pesquisa.

Dessa forma, o presente capítulo apresenta-se através do desdobramento de três seções, onde a primeira fica encarregada da apresentação do delineamento da pesquisa; a segunda da identificação da seleção da amostra; e por fim, a terceira pela descrição da técnica e dos instrumentos utilizados para a coleta e o tratamento dos dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Considerando que o presente estudo objetiva mensurar o nível de *disclosure* voluntário das 25 maiores cooperativas de crédito brasileiras, através da aplicação da métrica de *disclosure* desenvolvida por Murcia (2009), a pesquisa classifica-se quanto à sua natureza como aplicada de abordagem quantitativa.

A pesquisa aplicada surge como o propósito de proporcionar conhecimentos que contribuam para a solução de um problema específico (CASARIN; CASARIN, 2012; GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Tal constatação se faz presente nos objetivos desse estudo, pois, busca-se resolver um problema que envolve verdades e interesses específicos, através da aplicação prática de um instrumento de coleta de dados que visa proporcionar resultados imediatos.

Quanto à abordagem, a presente pesquisa classifica-se como quantitativa, pois os dados coletados buscam a compreensão de um aspecto que pode ser mensurado, ou seja, o

nível de *disclosure*. Segundo Bardin (1977), a abordagem quantitativa fundamenta-se em atestar a frequência da aparição de certos elementos ou dados, que servem como base para a formulação dos resultados da pesquisa. Gerhart e Silveira (2009) complementam que a pesquisa quantitativa se desenvolve por meio da análise de dados brutos, que são coletados com o auxílio de um instrumento padronizado.

Indo ao encontro dessa concepção, pode se observar que os dados coletados, nesta pesquisa, corresponderam a números brutos, e que o instrumento de coleta utilizado corresponde a uma métrica padronizada, previamente estabelecida. Em virtude dessas características abordadas, esta pesquisa classifica-se quanto a sua objetividade como uma pesquisa de cunho descritivo. Gil (2002) enfatiza que uma pesquisa descritiva deve possuir, como uma de suas características mais significativas, técnicas padronizadas de coleta de dados.

Segundo Gil (2002), as pesquisas documentais se caracterizam pela busca de dados brutos, nos mais diversificados tipos de arquivos que não receberam tratamentos analíticos, como fichas, relatórios, formulários, etc. Portanto, quanto aos procedimentos esta pesquisa classifica-se como documental, pois foram analisadas as informações econômicas e sociais correspondentes aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, de todas as cooperativas de créditos utilizadas como amostra neste estudo.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A determinação das cooperativas de crédito que compõem a amostra inicial deste estudo foi obtida por meio do site do Portal do Cooperativismo Financeiro, baseado nos primeiros dados divulgados pelo BACEN e pela OCB, relativos ao encerramento do ano de 2013, divulgou, no dia 01 de março de 2014, um ranking contendo as 100 maiores instituições financeiras cooperativas do Brasil. Cabe ressaltar que esse ranking foi gerado por meio do critério de volume de ativos totais de cada uma das organizações.

Tomando conhecimento do “Ranking das maiores cooperativas de crédito brasileiras – base dez/2013” (Anexo A), o pesquisador optou pela adoção de uma amostragem do tipo não probabilística intencional, onde os critérios de seleção da amostra foram estipulados pelo próprio pesquisador.

Considerando que os resultados deste estudo não visam criar generalizações sobre a população das 100 maiores cooperativas de crédito brasileiras divulgadas pelo Portal do Cooperativismo Financeiro, o pesquisador compreendeu que não seria necessária à adoção de

uma amostra muito significativa, pois este estudo busca identificar o nível de *disclosure* voluntário de cada uma das cooperativas utilizadas na amostra, através de uma pesquisa documental. Desta forma, estipulou-se que seriam utilizadas como amostra neste estudo, as 25 maiores cooperativas de crédito colocadas no ranking das 100 maiores instituições financeiras cooperativas do Brasil, que possuíssem sites ou realizassem a divulgação de suas demonstrações pela internet.

Como nem todas as vinte e cinco primeiras maiores cooperativas de crédito divulgadas no ranking das 100 maiores instituições financeiras cooperativas do Brasil contemplavam os requisitos necessários para compor a amostra, foram substituídas pelas organizações que as sucediam no ranking. O Quadro 2 encarrega-se de demonstrar a relação das cooperativas de créditos analisadas para compor a da amostra deste estudo.

Quadro 2 - Composição da amostra

Classificação no ranking divulgado pelo Portal do Cooperativismo Financeiro	Cooperativas	Atende os critérios para compor a amostra
1 ^a	SICOOB CREDITRUS	Sim
2 ^a	SICOOB COCRED	Sim
3 ^a	VIACREDI	Sim
4 ^a	SICREDI OURO VERDE MT	Sim
5 ^a	SICOOB COOPERFORTE	Não
6 ^a	SICREDI UNIÃO PR	Sim
7 ^a	CREDICOAMO	Sim
8 ^a	SICREDI PIONEIRA RS	Sim
9 ^a	SICOOB CREDICOM	Sim
10 ^a	SICREDI VANGUARDA PR/SP	Sim
11 ^a	SICREDI UNIÃO RS	Sim
12 ^a	SICREDI CELEIRO DO MT	Sim
13 ^a	SICREDI REGIÃO DOS VALES RS	Sim
14 ^a	UNIPRIME PARANÁ	Não
15 ^a	SICREDI SERRANA RS	Sim
16 ^a	SICOOB COOPECREDI	Sim
17 ^a	SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD	Sim
18 ^a	SICREDI PLANALTO GAÚCHO RS	Sim
19 ^a	SICOOB CREDICOONAI	Sim
20 ^a	SICREDI CENTRO-SUL MS	Sim
21 ^a	UNICRED CENTRO BRASILEIRA GO	Não
22 ^a	SICOOB MAXICRÉDITO	Sim
23 ^a	SICREDI NORTE RS/SC	Sim
24 ^a	UNICRED FLORIANÓPOLIS	Sim
25 ^a	SICOOB LESTE CAPIXABA	Sim
26 ^a	SICREDI REGIÃO CENTRO RS	Sim
27 ^a	UNICRED JOÃO PESSOA	Sim
28 ^a	SICREDI ALTO XINGÚ	Sim

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Como pode se observar no Quadro 2, três das vinte e cinco maiores cooperativas de crédito não utilizavam a internet para divulgar suas demonstrações, dessa forma, foram substituídas pelas cooperativas que as sucederam no ranking divulgado pelo Portal do Cooperativismo Financeiro.

Após a definição das 25 maiores cooperativas de crédito brasileiras que compõem a amostra deste estudo, foram analisados os demonstrativos divulgados por cada uma das cooperativas no período de 2011 a 2014, por meio da técnica de análise de conteúdo, visando identificar seus níveis de *disclosure* voluntário. Dessa forma, a próxima seção desse capítulo encarrega-se em descrever cada uma das etapas que compõem a técnica de análise de conteúdo adotada neste estudo.

3.3 COLETA DE DADOS

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo se caracteriza com um conjunto de técnicas utilizadas para a exploração e análise de informações, dados e conteúdos. Em virtude da sua abrangência conceitual, pode se perceber que esta técnica possui um campo de aplicação bastante vasto. Contribuindo com esta constatação, Moraes (2009) enfatiza que a análise de conteúdo surge como uma metodologia de pesquisa que visa interpretar e descrever o conteúdo e as informações de quaisquer tipos de documentos, textos e entrevistas. Portanto, surge como uma ferramenta adaptável para a resolução de qualquer problema.

Indo ao encontro de tal concepção, Alves (2013) afirma que os relatórios contábeis surgem com o objetivo de proporcionar informações para os usuários, sobre o patrimônio, as práticas financeiras, sociais e ambientais de uma entidade. Portanto, a análise de conteúdo surge como uma metodologia apropriada para avaliar a quantidade das informações que chegam até esses usuários. Assim sendo, esta técnica pode ser muito bem utilizada em estudos sobre *disclosure* (BARETTA; BOZZOLAN, 2007 *apud* MURCIA, 2009).

Segundo Bardin (1977) a aplicação da técnica de análise de conteúdo exige a criação ou adoção de uma métrica capaz de codificar informações e dados similares em categorias. Dessa forma, o autor propõe uma estrutura, com três fases cronológicas bem definidas para o desenvolvimento de estudos que abordam tal técnica:

- 1) Pré-análise;
- 2) Exploração do material;
- 3) Tratamento e interpretação dos resultados (elaboração de instrumentos de análise dos dados).

Dessa forma, seguindo as instruções propostas por Bardin (1977), este estudo organizou-se da seguinte forma:

3.3.1 Pré-análise

Segundo Bardin (1977), essa etapa da pesquisa deve priorizar a escolha dos documentos a serem submetidos à análise.

Assim sendo, primeiramente, buscou-se ter acesso às demonstrações financeiras e sociais das 25 maiores cooperativas de crédito nacionais utilizadas como amostra neste estudo. Entretanto, como as cooperativas de crédito possuem uma legislação diferente das empresas de capital aberto no tocante da obrigatoriedade da publicação de seus relatórios, esta pesquisa limitou-se em analisar as informações divulgadas em seus sites. Dessa forma, foram feitos os levantamentos dos relatórios e das informações, disponibilizadas pelos sites de cada uma das cooperativas de crédito, referentes ao período de 2011-2014.

Entretanto como a legislação das cooperativas de crédito não exige a publicação obrigatória dos relatórios dessas organizações, os sites de algumas cooperativas não apresentaram alguns relatórios referentes a todos os períodos analisados neste estudo. Sendo assim, o material analisado nesta pesquisa ficou composto por 67 relatórios anuais referentes ao período 2011-2014, das 25 maiores cooperativas de crédito nacionais utilizadas como amostra, conforme demonstra o Quadro 3, logo abaixo.

Quadro 3 - Material de análise

Cooperativas	Demonstrativos analisados (ano base)
SICOOB CREDICITRUS	2011, 2012, 2013, 2014.
SICOOB COCRED	2011, 2012, 2013, 2014.
VIACREDI	2011, 2012, 2013, 2014.
SICREDI OURO VERDE MT	2011, 2014.
SICREDI UNIÃO PR	2012, 2013.
CREDICOAMO	2011, 2012, 2013, 2014.
SICREDI PIONEIRA RS	2011, 2014.
SICOOB CREDICOM	2011, 2012, 2013, 2014.
SICREDI VANGUARDA PR/SP	2014.
SICREDI UNIÃO RS	2011, 2014.
SICREDI CELEIRO DO MT	2011, 2014.
SICREDI REGIÃO DOS VALES RS	2011, 2014.
SICREDI SERRANA RS	2011, 2014.
SICOOB COOPECREDI	2011, 2012, 2013, 2014.
SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD	2011, 2012, 2013, 2014.
SICREDI PLANALTO GAÚCHO RS	2011, 2014.
SICOOB CREDICOONAI	2014.
SICREDI CENTRO-SUL MS	2011, 2014.
SICOOB MAXICRÉDITO	2011, 2012, 2013, 2014.

SICREDI NORTE RS/SC	2011, 2014.
UNICRED FLORIANÓPOLIS	2012, 2013, 2014.
SICOOB LESTE CAPIXABA	2011, 2012, 2013, 2014.
SICREDI REGIÃO CENTRO RS	2011, 2014.
UNICRED JOÃO PESSOA	2012, 2013, 2014.
SICREDI ALTO XINGÚ	2011, 2014.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Visando facilitar o processo de análise dos dados, o pesquisador elaborou um acervo pessoal, em seu computador, com os 67 relatórios encontrados. Dessa forma, o pesquisador criou em seu computador uma pasta denominada “Cooperativas de crédito”, e a subdividiu em 25 novas pastas, que determinavam o nome das cooperativas utilizadas como amostra neste estudo. A pasta destinada a cada cooperativa de crédito foi subdividida por quatro novas pastas correspondentes ao período de cada relatório encontrado nos sites das cooperativas de crédito analisadas. Após realizar tais processos, o pesquisador, novamente acessou o site de cada uma das cooperativas e realizou o download de seus relatórios disponibilizados, salvando-os nas pastas correspondentes as suas especificações.

Após tomar posse dos documentos que foram analisados, o pesquisador adotou um instrumento padronizado, capaz de registrar as informações contidas nos relatórios disponibilizados pelas cooperativas, com a finalidade de inferir seus índices de evidência voluntária. Dessa forma, a próxima seção se encarrega de apresentar o instrumento utilizado para realizar a exploração do material que foi analisado e conseqüentemente proporcionou os resultados desta pesquisa.

3.3.2 Exploração do material

Para Bardin (1977), esta etapa da análise de conteúdo deve ser desenvolvida com a finalidade de descrever a forma como os dados serão coletados, envolvendo a descrição do instrumento utilizado para a coleta dos dados. Para o autor, os estudos que se utilizam da técnica de análise de conteúdo devem adotar um instrumento de coleta de dados que codifique as informações e as classifique em categorias, visando realizar melhores inferências sobre cada uma das categorias analisadas.

Sendo assim, como este estudo visa identificar o nível de *disclosure* voluntário das 25 maiores cooperativas de crédito brasileiras, através da análise das demonstrações divulgadas em seus *sites*, criou-se a necessidade de adotar um instrumento de coleta de dados capaz de atestar a presença ou a ausência de determinadas informações nos relatórios das cooperativas analisadas.

Entretanto, como o *disclosure* voluntário não deriva de uma exigência legal que desempenhe a função de classificar e determinar as informações que o compõem, este estudo, limitou-se em analisar a ausência ou presença das informações nas demonstrações das cooperativas de créditos por meio da métrica de *disclosure* voluntário desenvolvida por Murcia (2009). A métrica de Murcia (2009) foi desenvolvida com base em 27 estudos que visavam determinar um nível de *disclosure* voluntário para as empresas de capital aberto. Entretanto, cabe resaltar que essa mesma métrica foi utilizada, por Schultz *et. al* (2012), para determinar o nível de *disclosure* voluntário das cooperativas agropecuárias e das companhias de capital aberto do mesmo segmento, e compará-los.

Após o estudo de Schultz *et. al* (2012), a métrica de *disclosure* voluntário de Murcia (2009) foi, novamente, aplicada no estudo desenvolvido por Alves (2013), que objetivava determinar o nível de *disclosure* voluntário das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito goianas. Cabe ressaltar que a aplicação dessa métrica no estudo de Alves (2013) foi viável, por “contemplar as recomendações do Código de boas práticas de governança corporativa e das Diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito” (ALVES, 2013).

Como esta pesquisa visa demonstrar a importância da prática de *disclosure* nas cooperativas de crédito como uma forma de garantir a suas transparências em meio à sociedade, assim como a aplicação de seus princípios e a adoção de boas praticas de governança corporativa, este estudo também se utilizou da métrica de Murcia (2009), apresentada pelo Quadro 4, para realizar a coleta dos dados.

Quadro 4 - Métrica desenvolvida por Murcia

Informações de ordem financeira		
Categoria	Subcategoria	Unidade de registro
Ambiente de negócio	Efeitos dos eventos econômicos da cooperativa	Crises, inflação, taxa de juros
	Discussão do setor em que atua	Cooperativismo
	Número de fornecedores	Fornecedores
	Número de cooperados	Cooperados
	Identificação dos riscos do negócio	Riscos
	Exposição cambial	Câmbio
Atividade operacional	Narrativa da estória da cooperativa	Histórico
	Estrutura organizacional	Organização
	Aspectos tecnológicos da atividade empresarial	Tecnologia
	Informações por segmento ou linha de negócio	Ramo de atuação
	Utilização da capacidade produtiva	Capacidade de produção
	Indicadores de eficiência	Eficiência
	Quantidades produzidas/ serviços prestados	Volume de operações

Aspectos estratégicos	Objetivos da cooperativa	Objetivos
	Estratégias da cooperativa	Estratégias
	Metas da cooperativa	Metas
	Perspectiva de novos investimentos	Novos investimentos
	Política de reinvestimento de lucros	Reinvestimento de sobras
	Pesquisa e desenvolvimento	Pesquisa e desenvolvimento
	Discussão da qualidade dos produtos e serviços	Qualidade dos produtos e serviços
Informações financeiras	Correção monetária	Correção monetária
	Informações detalhadas sobre o custo dos produtos e serviços	CMV e CPV
	Projeções de vendas e fluxo de caixa	Vendas e fluxo de caixa
Índices financeiros	Indicadores de liquidez	Liquidez
	Indicadores de endividamento	Endividamento
	Lucro antes do imposto/EBITDA	Lucro antes do imposto/EBITDA
Governança corporativa	Principais práticas de governança corporativa	Governança corporativa
	Composição do conselho fiscal	Conselho fiscal
	Composição do conselho de administração	Conselho de administração
	Identificação dos principais administradores	Principais administradores
	Remuneração dos administradores	Remuneração dos administradores
	Remuneração dos auditores	Remuneração dos auditores
	Relacionamento com os cooperados	Relacionamento com os cooperados.
Informações de ordem social		
Categoria	Subcategoria	Unidade de registro
Informações financeiras sociais	Demonstração do valor adicionado	DVA
	Investimentos de caráter social	Investimentos sociais
	Gastos em projetos sociais	Projetos sociais
Produtos e serviços	Produtos e serviços estão adequados às normas de segurança	Normas de segurança
	Menções a reclamações de produtos e serviços	Reclamações
Colaboradores	Número de funcionários	Funcionários
	Satisfação dos funcionários	Satisfação dos funcionários
	Educação e treinamento dos funcionários	Treinamento
	Segurança no local de trabalho	Segurança no trabalho
	Dados de acidentes de trabalho	Acidentes de trabalho
	Número de associados	Associados
	Satisfação dos associados	Satisfação dos associados
	Benefícios aos associados	Benefícios aos associados.
Informações de ordem ambiental		
Categoria	Subcategoria	Unidade de registro
Políticas ambientais	Declaração das políticas, práticas, ações ambientais atuais	Políticas ambientais adotadas
	Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	Metas ambientais
	Prêmios e participações em índices ambientais	Premiações ambientais
Gestão e auditoria ambiental	Gestão ambiental	Gestão ambiental
	ISOs 9000	ISOs 9000
	Auditoria ambiental	Auditoria ambiental
Impactos ambientais dos produtos e processos	Desperdícios e resíduos;	Desperdícios e resíduos;
	Reciclagem;	Reciclagem;
	Desenvolvimento de produtos ecológicos;	Desenvolvimento de produtos ecológicos;
	Impactos no meio ambiente	Impactos no meio ambiente

	Reparos aos danos ambientais	Reparos aos danos ambientais.
Energia	Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações	Utilização mais eficiente da energia
	Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia	Novas fontes de energia
Informações financeiras ambientais	Investimentos ambientais	Investimentos ambientais
	Custo e/ou despesas ambientais	Custo e/ou despesas ambientais
	Passivos ambientais	Passivos ambientais
	Seguro ambiental	Seguro ambiental
	Ativos ambientais intangíveis	Ativos ambientais intangíveis
Educação e pesquisa ambiental	Educação ambiental (internamente e/ou comunidade)	Educação ambiental
	Pesquisas relacionadas ao meio ambiente	Pesquisas relacionadas ao meio ambiente
Outras informações ambientais	Menção relativa à sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento sustentável
	Conservação da biodiversidade	Conservação da biodiversidade
	Relacionamento ambiental com <i>stakeholders</i>	Relacionamento ambiental com <i>stakeholders</i> .

Fonte: Murcia, 2009.

A métrica desenvolvida por Murcia (2009) foi utilizada como um instrumento unificado, pois foi aplicada visando identificar o nível de *disclosure* voluntário de empresas de capital aberto e cooperativas do setor agropecuário, entretanto, cabe ressaltar que as cooperativas de crédito possuem certas especificidades estruturais e conjunturais, e esse fato nos remete para criação de um instrumento exclusivo para análise de *disclosure* voluntário nessas instituições.

Indo ao encontro dessa concepção, Schultz *et. al* (2012) e Alves (2013) destacam que apesar das cooperativas de crédito possuírem algumas estruturas similares às demais instituições financeiras, sendo regulamentadas pelos normativos do Banco Central, as suas demonstrações financeiras devem ser mais amplas, pois algumas de suas informações voluntárias são configuradas de ordem obrigatória nas empresas de capital aberto, como é o caso da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Porém, como não existem estudos específicos, que visam apenas apresentar os normativos contábeis relativos a divulgação voluntária das informações contábeis das cooperativas de crédito, cria-se uma grande limitação para a elaboração de um instrumento específico para essas instituições, que seja capaz de informar com precisão os seus níveis de *disclosure* voluntário.

Visando reduzir os vieses para a aplicação da métrica desenvolvida por Murcia (2009) em cooperativas de crédito, Alves (2013) propôs a desconsideração de algumas subcategorias

de informações da métrica para informações econômicas, como a “demonstração do fluxo de caixa” (DFC), por ser considerada uma informação de ordem obrigatória nas cooperativas de crédito, conforme dispõem o Artigo 1º da Resolução 3604, do Pronunciamento Técnico 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 03): “As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem elaborar e publicar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), a partir da data-base de 31 de dezembro de 2008”.

Alves (2013) destaca outras informações de ordem econômica como, “informações contábeis em US GAAP ou IFRS”; “*market share*”; “Preço ou valorização das ações por tipo (ON, PN)”; “Valor de mercado”; “Indicadores de rentabilidade (ROE, ROA)”; “Principais acionistas”, também devem ser desconsideradas para análise do nível de *disclosure* voluntário das cooperativas de crédito, pois essas informações confrontam com a classificação das cooperativas como organizações que não visam lucro.

Após a adaptação da métrica de *disclosure* voluntário de Murcia (2009), foi necessário adotar um instrumento capaz de analisar e atestar a presença ou a ausência de cada umas das informações que compõem as unidades de registro da métrica. Para tanto, foi realizada à leitura completa das demonstrações e foram elaboradas planilhas padronizadas (Quadro 5), que auxiliaram na identificação e na tabulação dos dados presentes nas evidenciações praticadas pelas cooperativas integrantes da amostra nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

Quadro 5 - Planilha utilizada para auxiliar na coleta dos dados

Cooperativa:	Ano:	
	Informações de ordem financeira	
Unidades de registro ou informações pesquisadas	Presença ou ausência das informações	Pontuação referente à presença e a ausência das informações
Crises, inflação, taxa de juros		
Cooperativismo		
Fornecedores		
Cooperados		
Riscos		
Câmbio		
Histórico		
Organização		
Tecnologia		
Ramo de atuação		
Capacidade de produção		
Eficiência		
Volume de operações		
Objetivos		
Estratégias		
Metas		
Novos investimentos		
Reinvestimento de sobras		
Pesquisa e desenvolvimento		

Qualidade dos produtos e serviços		
Correção monetária		
CMV e CPV		
Vendas e fluxo de caixa		
Liquidez		
Endividamento		
Lucro antes do imposto/EBITDA		
Governança corporativa		
Conselho fiscal		
Conselho de administração		
Principais administradores		
Remuneração dos administradores		
Remuneração dos auditores		
Relacionamento com os cooperados.		
Informações de ordem social		
Unidades de registro ou informações pesquisadas	Presença ou ausência das informações	Pontuação referente à presença e a ausência das informações
DVA		
Investimentos sociais		
Projetos sociais		
Normas de segurança		
Reclamações		
Funcionários		
Satisfação dos funcionários		
Treinamento		
Segurança no trabalho		
Acidentes de trabalho		
Associados		
Satisfação dos associados		
Benefícios aos associados.		
Informações de ordem ambiental		
Unidades de registro ou informações pesquisadas	Presença ou ausência das informações	Pontuação referente à presença e a ausência das informações
Políticas ambientais adotadas		
Metas ambientais		
Premiações ambientais		
Gestão ambiental		
ISOs 9000		
Auditoria ambiental		
Desperdícios e resíduos;		
Reciclagem;		
Desenvolvimento de produtos ecológicos;		
Impactos no meio ambiente		
Reparos aos danos ambientais.		
Utilização mais eficiente da energia		
Novas fontes de energia		
Investimentos ambientais		
Custo e/ou despesas ambientais		
Passivos ambientais		

Seguro ambiental		
Ativos ambientais intangíveis		
Educação ambiental		
Pesquisas relacionadas ao meio ambiente		
Desenvolvimento sustentável		
Conservação da biodiversidade		
Relacionamento ambiental com <i>stakeholders</i> .		

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme a planilha elaborada para a coleta dos dados, apresentada pelo Quadro 5, estabeleceu-se que seria atribuída a nota 1 para cada uma das informações presente nos demonstrativos analisados das cooperativas de crédito, e a nota 0 para as informações ausentes nos demonstrativos.

Após a definição dos documentos e dos instrumentos utilizados para realizar a exploração dos dados da pesquisa, Bardin (1977) destaca a necessidade da criação de instrumentos de avaliação e tratamento dos dados.

3.3.3 Tratamento e interpretação dos resultados

Após a definição dos instrumentos utilizados para a coleta dos dados realizou-se a tabulação dos mesmos, e também foram elaborados índices capazes de analisar os conteúdos obtidos nos relatórios das cooperativas. Para tanto, os dados coletados nas planilhas foram tabulados e trabalhados no programa Microsoft Excel 2010, e em seguida submetidos a duas fórmulas aritméticas, capazes de calcular os níveis de *disclosure* voluntário das cooperativas investigadas.

A primeira fórmula foi desenvolvida por Alves (2013), que tem como finalidade calcular o índice percentual total de *disclosure* voluntário das cooperativas, como pode ser observado:

$$\text{Índice total de } disclosure \text{ voluntário} = \frac{\text{Total de pontos somados por demonstrativo}}{\text{Total de subcategorias}}$$

Com base nas notas obtidas, referentes à verificação da presença ou ausência das informações nos relatórios das cooperativas de crédito, foi possível calcular o índice de *disclosure* voluntário de cada uma das cooperativas analisadas através da aplicação da fórmula do índice total de *disclosure* voluntário, desenvolvida por Alves (2013), pois foram

somadas as pontuações obtidas por cada uma das 25 cooperativas, e logo após, os resultados obtidos das somas foram divididos pelo total de subcategorias de informações que compõem a métrica de *disclosure* voluntário adotada por este estudo.

A partir do cálculo do índice de *disclosure* voluntário, foi estabelecido um ranking, dividido em *quintis*, que classificam os níveis de *disclosure* voluntário das cooperativas de crédito, da seguinte forma:

0 a 20% - péssimo nível de *disclosure* voluntário;

20 a 40% - ruim nível de *disclosure* voluntário;

40 a 60% - regular nível de *disclosure* voluntário;

60 a 80% - bom nível de *disclosure* voluntário;

80 a 100% - ótimo nível de *disclosure* voluntário.

Já a segunda fórmula foi desenvolvida pela própria pesquisadora deste estudo, e tem como finalidade calcular o índice percentual de *disclosure* voluntário para cada classe de informações adordando todas as cooperativas, ou seja, o índice de *disclosure* das informações financeiras, sociais e ambientais das cooperativas de crédito. A fórmula para calcular tal índice compreende:

$$IDV = \left(\frac{SC}{TSC \times TC} \right) \times 100$$

Onde:

- IDV é o índice de *disclosure* voluntário por classe de informações;
- SC é o total de pontos somados por classes de informações;
- TSC é o total de subcategorias que compõem cada classe de informação, e por fim;
- TC é o número total de cooperativas analisadas.

A partir do cálculo do índice de *disclosure* voluntário por classe de informações, foi novamente estabelecido um ranking dividido em *quintis*, que classifica os níveis de *disclosure* voluntário das cooperativas de crédito, da seguinte forma:

- 0 a 20% - péssimo nível de *disclosure* voluntário;

- 20 a 40% - ruim nível de *disclosure* voluntário;

- 40 a 60% - regular nível de *disclosure* voluntário;

- 60 a 80% - bom nível de *disclosure* voluntário;

- 80 a 100% - ótimo nível de *disclosure* voluntário.

Cabe ressaltar, que para a aplicação dessa fórmula utilizou-se como base as pontuações obtidas no Quadro 5, referentes à verificação da presença ou ausência das informações nos relatórios das cooperativas de crédito. Para tanto, foram somadas as pontuações obtidas por cada classe de informações, e logo após, os resultados obtidos das somas foram divididos pelo produto da multiplicação do total de subcategorias que compõem cada classe de informação pelo o número total de cooperativas analisadas neste estudo. Por fim, os resultados obtidos das operações, descritas anteriormente, foram multiplicados por 100. Aplicando essa fórmula para cada classe de informação, foram obtidos os índices de *disclosure* das informações financeiras, das informações sociais e das informações ambientais.

Após a apresentação dos instrumentos utilizados para o tratamento e a interpretação dos dados coletados nos relatórios das cooperativas de créditos analisadas, passou-se para a etapa da análise dos resultados, que será apresentada no próximo capítulo deste estudo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a conclusão das etapas de coleta e tratamento dos dados das demonstrações contábeis encontradas nos sites das cooperativas de crédito investigadas, foi possível determinar os índices de *disclosure* voluntário total, realizando a média de todas as informações obtidas durante os quatro períodos analisados, assim como foi possível realizar uma análise temporal das médias de *disclosure* voluntário das vinte e cinco cooperativas investigadas. Também foi possível analisar os índices de *disclosure* voluntário conforme as ordens das informações, ou seja, o índice das informações financeiras, sociais e ambientais durante cada período analisado. Cabe ressaltar que tais índices foram obtidos através da aplicação da fórmula de índice de *disclosure* desenvolvida por Alves (2013), que foi previamente apresentada na metodologia.

4.1 ANÁLISE POR COOPERATIVA DE CRÉDITO – RANKING

O Quadro 6 encarrega-se de apresentar o *ranking* de *disclosure* voluntário das vinte e cinco maiores cooperativas de crédito brasileiras. Para a construção de tal ranking, foi utilizada fórmula do índice total de *disclosure* voluntário, que consistiu em realizar uma média do índice de *disclosure* obtido, por meio dos demonstrativos publicados, por cada uma das cooperativas, durante o período de 2011-2014. Após tomar reconhecimento dos índices de cada uma das cooperativas realizou-se a classificação dos mesmos, conforme os critérios estabelecidos na metodologia do estudo.

Quadro 6 - *Ranking* de *disclosure* das cooperativas de crédito

Posição	Cooperativa	Índice de <i>disclosure</i> obtido	Classificação dos índices obtidos
1 ^a	SICOOB CREDICITRUS	57,61%	Regular
2 ^a	SICOOB COOPECREDI	45,09%	Regular
3 ^a	SICOOB COCRED	42,39%	Regular
4 ^a	VIACREDI	38,41%	Ruim
5 ^a	SICOOB MAXICRÉDITO	34,42%	Ruim
6 ^a	SICOOB CREDICOM	32,61%	Ruim
7 ^a	SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD	32,61%	Ruim
8 ^a	CREDICOAMO	31,88%	Ruim
9 ^a	UNICRED JOÃO PESSOA	27,64%	Ruim
10 ^a	SICOOB LESTE CAPIXABA	26,09%	Ruim
11 ^a	SICREDI UNIÃO PR	25,00%	Ruim
12 ^a	UNICRED FLORIANÓPOLIS	22,91%	Ruim
13 ^a	SICREDI PIONEIRA RS	22,10%	Ruim
14 ^a	SICREDI OURO VERDE MT	20,29%	Ruim

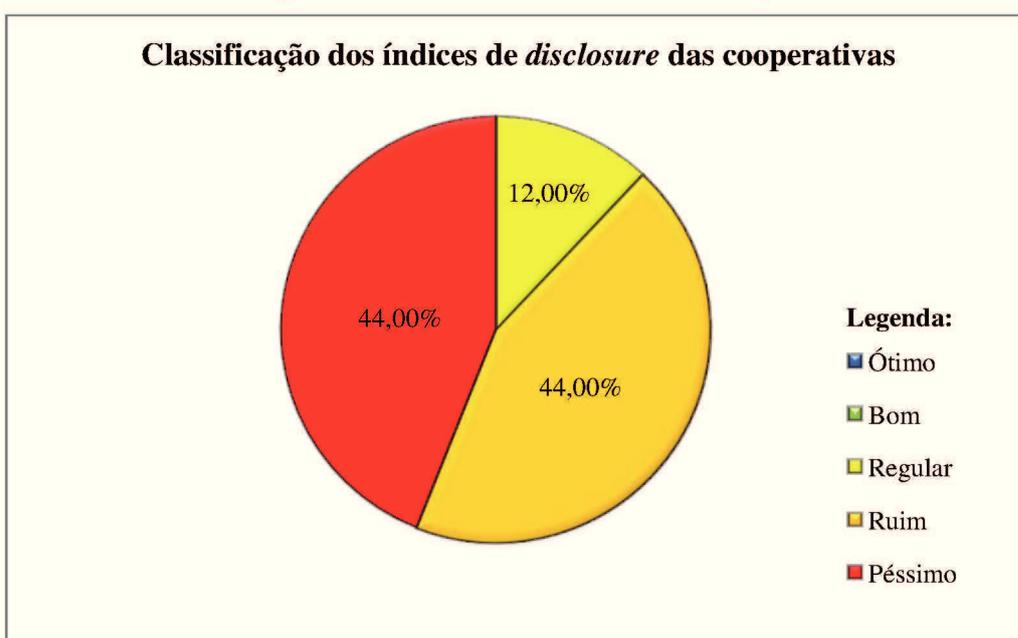
15 ^a	SICREDI UNIÃO RS	13,04%	Péssimo
16 ^a	SICREDI VANGUARDA PR/SP	10,51%	Péssimo
17 ^a	SICREDI CENTRO-SUL MS	9,45%	Péssimo
18 ^a	SICREDI PLANALTO GAÚCHO RS	9,42%	Péssimo
19 ^a	SICREDI NORTE RS/SC	9,42%	Péssimo
20 ^a	SICREDI REGIÃO CENTRO RS	9,42%	Péssimo
21 ^a	SICREDI ALTO XINGÚ	9,42%	Péssimo
22 ^a	SICREDI CELEIRO DO MT	8,70%	Péssimo
23 ^a	SICREDI REGIÃO DOS VALES RS	8,70%	Péssimo
24 ^a	SICREDI SERRANA RS	8,70%	Péssimo
25 ^a	SICOOB CREDICOONAI	7,61%	Péssimo

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Através do Quadro 5 pode se observar que apenas uma entre as vinte e cinco cooperativas analisadas obteve um índice de *disclosure* voluntário superior a cinquenta por cento, ou seja, das 69 subcategorias de informações listadas na métrica, menos de trinta e cinco estavam presentes nas demonstrações contábeis disponibilizadas nos sites de vinte e quatro cooperativas. Dessa forma, nenhuma das vinte e cinco cooperativas analisadas obteve um ótimo nível de *disclosure* voluntário, assim como nenhuma conseguiu alcançar um bom índice de *disclosure* voluntário. Sendo assim, apenas três cooperativas obtiveram um regular índice de *disclosure* voluntário, enquanto onze obtiveram um índice ruim, e onze obtiveram um péssimo nível de *disclosure* voluntário.

O Gráfico 3, demonstra o percentual de cooperativas de crédito que correspondem à classificação de cada índice de *disclosure*.

Gráfico 3 - Classificação dos índices de *disclosure* das cooperativas



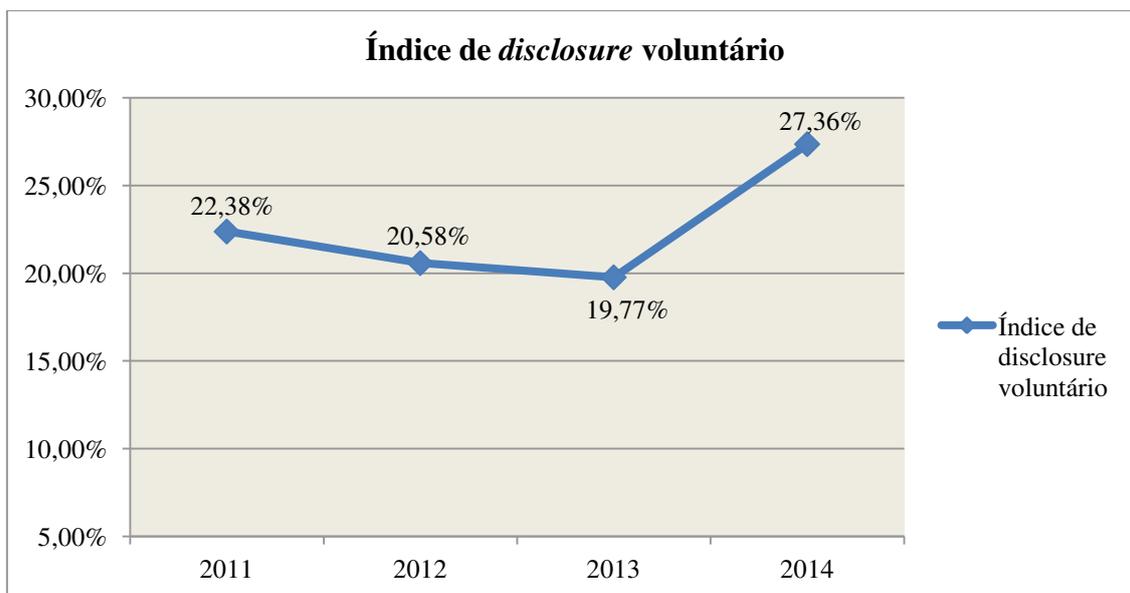
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Através da análise do Gráfico 3, observa-se que as cooperativas de crédito que possuem os maiores índices de *disclosure* voluntário pertencem ao Sistema de Crédito Cooperativo SICCOOB, pois os 12%, (3) das cooperativas que possuem um nível de *disclosure* voluntário regular são pertencentes a esse sistema, assim como dentre os 44% das cooperativas que possuem um péssimo nível de *disclosure* voluntário, apenas uma não é pertencente ao Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI. Essas constatações surgem em decorrência de que as cooperativas de crédito pertencentes ao Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI não possuíam relatórios contábeis, disponíveis em seus sites, correspondentes aos quatro períodos analisados. Grande parte das cooperativas pertencentes ao Sistema apenas disponibilizavam os seus demonstrativos referentes aos anos de 2011 e 2014, dessa forma, suas médias de informações apresentaram-se menores do que as cooperativas pertencentes aos outros sistemas de créditos cooperativistas.

Através da média geral de *disclosure* voluntário, obtida através da análise dos relatórios publicados, nos quatro períodos, pelas vinte e cinco cooperativas, pode se afirmar que as cooperativas de crédito brasileiras possuem um nível ruim de *disclosure* voluntário, pois obtiveram um índice de *disclosure* voluntário total de 22,52%.

4.2 ANÁLISE TEMPORAL – MÉDIA DOS ÍNDICES POR ANO

O Gráfico 4, logo abaixo, demonstra as variações do índice de *disclosure* voluntário encontradas nos demonstrativos publicados pelas vinte e cinco cooperativas de crédito, ao longo dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

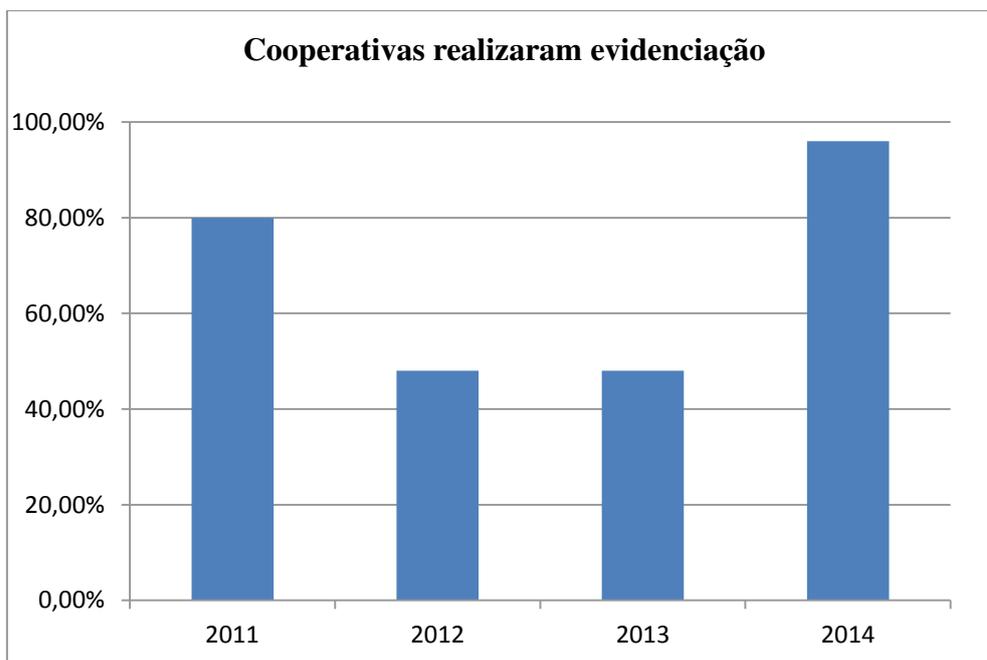
Gráfico 4 - Índices de *disclosure* voluntário por período

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Calculando a média dos índices de *disclosure* voluntário dos demonstrativos das vinte e cinco cooperativas de crédito, para cada um dos períodos analisados, pode-se observar, através do Gráfico 4, que em 2011, as cooperativas de crédito obtiveram um índice de 22,38%, o que significa um índice ruim de *disclosure* voluntário, conforme os critérios estipulados na metodologia desta pesquisa. Em 2012, a média dos índices de *disclosure* reduziu 1,80%, passando para 20,58%, indicando também um índice de *disclosure* ruim para as cooperativas. No ano de 2013 o índice reduziu ainda mais, atingindo 19,77%, dessa forma, classificou-se como péssimo índice de *disclosure*. Porém, em 2014, o índice obteve um aumento significativo de 7,59%, atingindo a marca de 27,36% nesse período, entretanto, apesar do aumento o índice pode ser considerado ruim, conforme os critérios de análise determinados na metodologia deste estudo.

As oscilações nos índices de *disclosure* voluntário calculados justificam-se pelo fato de que nem todas vinte e cinco cooperativas de crédito divulgaram seus relatórios durante os quatro períodos analisados, conforme apresenta o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Percentual de cooperativas que realizaram evidenciações



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

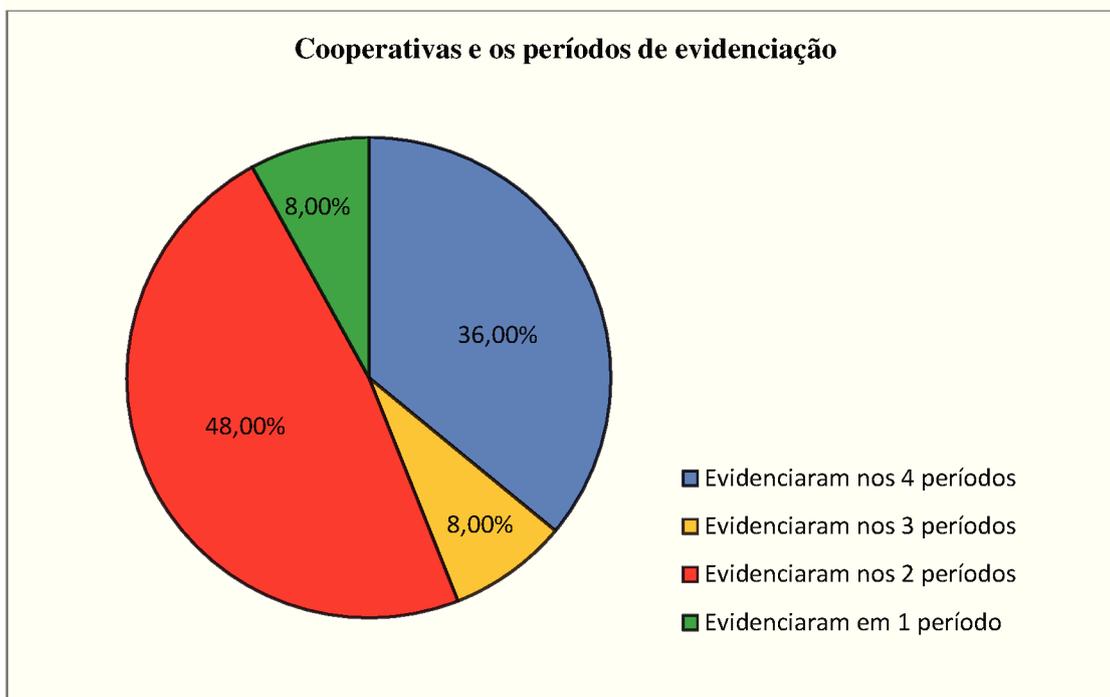
Fazendo um comparativo entre os Gráficos 4 e 5, pode se observar que no ano de 2011, quando 80% das cooperativas analisadas publicaram seus demonstrativos contábeis, o índice de *disclosure* voluntário obtido no período foi de 22,38%, e nos anos seguintes, 2012 e 2013, quando o percentual de cooperativas de crédito que praticaram a evidenciação reduziu, ou seja, foi para 48%, os índices de *disclosure* voluntário desses períodos também reduziram, já em 2014, quando houve um aumento considerável no número de relatórios encontrados nos sites das cooperativas analisadas pode ser verificado um aumento considerável no índice de *disclosure* voluntário das cooperativas.

Entretanto, enfatiza-se que nível de evidenciação voluntária obtido pelas cooperativas de crédito, não dependem somente da porcentagem de cooperativas que evidenciam em cada período analisado, pois a quantidade de informações presentes em cada um dos relatórios também influencia diretamente na determinação do índice. Portanto, quanto mais informações, de diferentes ordens, financeiras, sociais e ambientais, forem detectadas nos relatórios, maiores serão os índices de *disclosure* observados nas cooperativas.

Ainda, realizando uma análise temporal do índice de *disclosure* voluntário das cooperativas de crédito, pode se observar também, que dentre as vinte e cinco cooperativas analisadas, apenas 36% (nove) publicaram demonstrativos durante os quatro anos analisados. Sendo que dessas nove, seis pertenciam ao Sistema de Crédito Cooperativo SICOOB,

enquanto uma fez parte do Sistema de Crédito CECRED, outra do Sistema de Crédito COAMO, e por fim, outra do Sistema SICREDI.

Gráfico 6 - Prática de *disclosure* das cooperativas de crédito por períodos



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Através da análise do Gráfico 6, pode se observar que apenas 8% (duas) das cooperativas publicaram relatórios em três períodos, 2012, 2013, 2014, tais cooperativas pertencem ao Sistema de Crédito UNICRED, enquanto, onze das cooperativas publicaram suas demonstrações nos anos de 2011 e 2014, e uma nos anos de 2012 e 2013, totalizando 48% das cooperativas que realizaram publicações nesses períodos. Cabe ressaltar, que todas as cooperativas que realizaram suas publicações em dois períodos apenas, são pertencentes ao Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI. Constata-se também, que 8% (duas) das cooperativas divulgaram em seus sites, apenas os demonstrativos correspondentes ao ano de 2014, dentre as quais uma pertence ao Sistema de Crédito Cooperativo SICOOB e a outra ao Sistema SICREDI.

Através das médias anuais dos índices de *disclosure* das cooperativas pode se constatar que as cooperativas pertencentes ao Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI, realizaram, em grande maioria, publicações apenas nos anos de 2011 e 2014, enquanto, grande parte das cooperativas pertencentes ao Sistema de Crédito Cooperativo SICOOB realizaram publicações durante todos os períodos analisados.

Terminada as análises gerais dos índices de *disclosure* voluntário das cooperativas de crédito, passou-se a realizar uma análise acerca de cada uma das classes de informações apresentadas pela métrica utilizada por este estudo. Dessa forma, as próximas seções deste capítulo apresentam resultados acerca do nível de *disclosure* voluntário das informações classificadas como financeiras, sociais e ambientais.

4.3 NÍVEL DE DISCLOSURE VOLUNTÁRIO POR CLASSES DE INFORMAÇÕES

Como pode ser observado, na metodologia deste estudo, a métrica utilizada para atestar a presença e a ausência das informações voluntárias, nos relatórios das cooperativas de crédito, foi formulada de acordo com 69 subcategorias de informações, que estavam classificadas, de acordo com suas características, entre três grandes grupos de informações: financeiras, sociais e ambientais. Tais grupos de informações são tratados, neste estudo, como classe de informações. Dessa forma, o Quadro 7, apresenta os índices de *disclosure* voluntário referentes às três grandes classes de informações encontradas na métrica utilizada neste estudo.

Quadro 7 - Nível de *disclosure* por classe de informações

Classe de informações	Subcategorias	IDCV 2011	IDVC 2012	IDVC 2013	IDVC 2014	IDG
Informações financeiras	33	4,26%	3,45%	3,39%	4,97%	16,07%
Informações sociais	13	0,96%	1,07%	0,99%	1,36%	4,38%
Informações ambientais	23	0,38%	0,62%	0,57%	0,51%	2,07%
Índice total de disclosure	69	5,60%	5,14%	4,95%	6,84%	22,52%

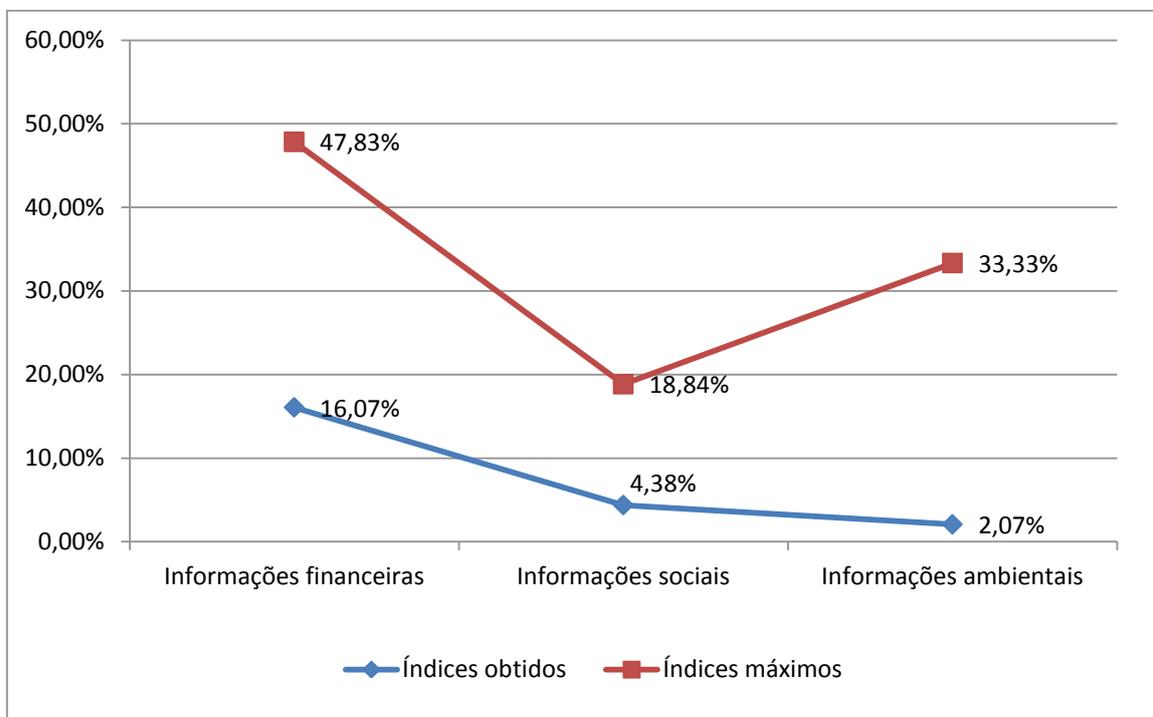
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Observando os índices anuais médios de *disclosure* voluntário por classe de informações (IDVC Anuais Médios), conclui-se que as vinte e cinco cooperativas de crédito analisadas, evidenciaram mais informações de origem financeira do que sociais e ambientais, pois o índice de *disclosure* das informações financeiras, dos quatro períodos analisados, foi de 16,07%, enquanto o índice anual médio das informações sociais foi de 4,38%, e o das informações ambientais foi de 2,07%.

Cabe ressaltar que os índices de *disclosure* gerais das três classes de informações não podem ser classificados como péssimos, ruins, regulares, bons e ótimos, conforme a classificação dos níveis de *disclosure* apresentados na metodologia deste estudo, devido à quantidade de subcategorias que compõem cada uma das classes de informações. Dessa

forma, o Gráfico 7, demonstra comparativamente os índices de *disclosure* máximo que cada classe de informação poderia atingir, com os índices que foram obtidos por cada categoria.

Gráfico 7- Comparativo entre os índices de *disclosure* por classes de informações



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Do total de sessenta e nove subcategorias de informações, trinta e três compuseram a classe das informações financeiras, dessa forma, pode se concluir que o índice geral máximo que poderia ser alcançado por essa classe de informações era de 47,83%, entretanto, devido à quantidade de informações financeiras que foram evidenciadas pelas vinte e cinco cooperativas de crédito, durante os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, o índice geral obtido pelas informações financeiras foi de apenas 16,07%, representando pouco mais de 1/3 do total de informações que poderiam ser evidenciadas nessa classe de informações.

Dessa forma, realizando uma comparação o índice geral de *disclosure* (22,52%), como o índice geral de *disclosure* financeiro (16,07%), pode se concluir que pouco mais de 2/3 do total de informações evidenciadas pelas vinte e cinco cooperativas de crédito são de origem financeira, sendo assim, pode se considerar que os índices gerais de *disclosure* social e ambiental são relativamente baixos se comparados com índice de *disclosure* geral.

O baixo índice de *disclosure* voluntário das informações financeiras foi influenciado pelo número de subcategorias que compõem essa classe de informações, pois das 69 subcategorias que formulam a métrica aplicada nesse estudo, 13 foram classificadas como

informações sociais. Dessa forma, pode se observar, no Gráfico 7, que o índice de *disclosure* voluntário máximo que a classe de informações sociais que poderia alcançar era de 18,84%, entretanto o índice encontrado foi de apenas 4,38%, ou seja, o índice geral das informações sociais representa pouco menos de 1/4 do total de informações que poderiam ser evidenciadas nessa classe.

Comparando o índice geral de *disclosure* (22,52%), como o índice geral de *disclosure* financeiro (4,38%), pode se concluir que pouco menos de 1/5 do total de informações evidenciadas pelas vinte e cinco cooperativas de crédito, nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, são classificadas como sociais, sendo assim, pode se enfatizar que o índice geral de *disclosure* social é mais baixo que o índice de *disclosure* geral das informações financeiras, assim como também é extremamente baixo se comparado com índice geral de *disclosure*.

A classe de informações ambientais foi composta por vinte e três subcategorias, que estão compreendidas entre nove categorias de informações, dessa forma, pode se observar no Gráfico 7 que o índice geral máximo que essa classe de informações que poderia alcançar era de 33,33%, entretanto o índice encontrado foi muito inferior, de apenas 2,07%. Portanto, apesar da categoria de informações ambiental ter apresentado um elevado número de categorias e subcategorias de informações se comparado com a classe de informações sociais, pode se observar que este fato não influenciou diretamente para que o índice geral de *disclosure* ambiental encontrado (2,07%) possuísse uma representatividade maior, se comparado com índice geral de *disclosure* social (4,83%), em meio ao índice de *disclosure* geral (22,52%). Dessa forma, pode se constatar que as cooperativas de crédito evidenciaram um número extremamente baixo de informações ambiental, e dessa forma, passaram a ter uma menor representatividade em meio ao índice de *disclosure* geral (22,52%).

Visando realizar uma análise mais detalhada sobre cada uma das três classes de informações, as próximas seções deste capítulo encarregam-se de apresentar algumas observações mais específicas, a respeito das categorias de informações que compõem cada classe de informação.

4.3.1 *Disclosure* voluntário de informações financeiras

Os níveis de *disclosure* das informações de ordem financeiras foram obtidos com base nos registros das presenças e/ou ausências das informações que formulam as subcategorias de cada uma das categorias apresentadas pela métrica adotada para a coleta dos dados deste estudo. Deste modo, no Quadro 8, são apresentadas as categorias de informações que

compõem a classe das informações financeiras, os seus respectivos índices de *disclosure*, obtidos para cada período analisados, 2011 (IDV1), 2012 (IDV2), 2013 (IDV3) e 2014 (IDV4), e por fim, o índice médio de *disclosure* dos quatro períodos analisados (IDVM).

Quadro 8 - Grau de *disclosure* das categorias de informações financeiras

Categorias de informações	IDV1	IDV2	IDV3	IDV4	IDVM
Ambiente de negócios	5,45%	4,73%	4,73%	5,94%	5,21%
Atividade operacional	10,55%	7,76%	7,52%	12,12%	9,48%
Aspectos estratégicos	7,64%	7,27%	7,52%	9,94%	8,09%
Informações financeiras	2,42%	1,33%	1,21%	2,79%	1,94%
Índices financeiros	0,61%	0,73%	0,73%	0,48%	0,64%
Governança corporativa	8,97%	7,03%	6,67%	10,30%	8,24%
Índice total de <i>disclosure</i> financeiro	33,64%	28,85%	28,36%	41,58%	33,61%

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme o Quadro 8 pode se observar, na linha “índice total de *disclosure* financeiro”, que o índice médio de *disclosure* voluntário das informações de ordem financeira foi de 33,61%, classificando-se como um ruim nível de *disclosure*, conforme os critérios de classificação dos índices de *disclosure* apresentados na metodologia deste estudo.

Analisando os índices de *disclosure* voluntário anuais, pode se observar que há uma diferença considerável entre o maior e o menor índice de *disclosure* apresentado pelas categorias de informações, pois o maior índice de *disclosure* voluntário foi de 12,12%, apresentado pela categoria de informação “Atividade operacional” no ano de 2014, enquanto o menor índice foi de apenas 0,48%, apresentado pela categoria de informação “Índices financeiros”, também no ano de 2014.

Cabe ressaltar que as diferenças entre os índices de *disclosure* máximos e mínimos obtidos por cada categoria acabam influenciando seus índices de *disclosure* médio. Dessa forma, comparando as diferenças obtidas pelos índices de *disclosure* voluntário médio das categorias de informações, observa-se que a categoria “Atividade operacional” possui o maior índice médio (9,48%), enquanto a categoria de informação “Índices financeiros” apresenta o menor índice (0,64%). Sendo assim, constata-se que em meio à classe das informações financeiras, as vinte e cinco cooperativas de crédito analisadas evidenciaram com maior frequência, em seus relatórios, informações relacionadas à atividade operacional, e em contrapartida, evidenciaram, com uma frequência bem inferior, informações relacionadas aos seus índices financeiros.

4.3.2 *Disclosure* voluntário de informações sociais

No Quadro 9, são apresentados os níveis de *disclosure* voluntário das categorias que compõem a classe de informações sociais. Como pode ser observado, essa classe de informações é formada por apenas três categorias de informações, que abrangem, apenas, treze subcategorias do total das sessenta e nove subcategorias apresentadas na métrica.

Quadro 9 - Grau de *disclosure* das categorias de informações sociais

Categorias de informações	SC	IDV1	IDV2	IDV3	IDV4	IDVM
Informações financeiras sociais	3	4,62%	6,46%	6,46%	8,31%	6,46%
Produtos e serviços	2	0,00%	0,62%	0,31%	0,00%	0,23%
Colaboradores	8	15,69%	15,69%	14,15%	20,62%	16,54%
Índice total de <i>disclosure</i> social	13	20,31%	22,77%	20,92%	28,92%	23,23%

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme o Quadro 9, pode ser observado, na linha “índice total de *disclosure* social”, que o índice médio de *disclosure* das informações sociais foi de 23,23%, classificando-se como um ruim nível de *disclosure*, segundo os critérios de classificação dos índices de *disclosure* apresentados na metodologia deste estudo.

Analisando os índices de *disclosure* voluntário anuais, observa-se que há uma diferença considerável entre o maior e o menor índice de *disclosure* apresentado pelas categorias de informações, pois nos anos de 2011 e 2014, a aderência de evidencição das vinte e cinco cooperativas foi nula, ou seja, 0,0% com relação à categoria de informações “Produtos e serviços”. Em contrapartida, constata-se que o maior índice de *disclosure* voluntário foi de 12,12%, apresentado pela categoria “Colaboradores”, também no ano de 2014.

Como já informado, a diferença entre os índices de *disclosure* máximos e mínimos obtidos por cada categoria acabam influenciando seus índices de *disclosure* médio, dessa forma, em meio a classe das informações sociais, observa-se que a categoria “Colaboradores” possui o maior índice médio (30,50%), enquanto a categoria de informação “Produtos e serviços” apresenta o menor índice médio (0,23%). Sendo assim, observa-se que em meio à classe das informações sociais, as vinte e cinco cooperativas de crédito analisadas evidenciaram com maior frequência, em seus relatórios anuais, informações relacionadas aos seus colaboradores, enquanto praticamente deixaram de evidenciar informações relacionadas aos seus produtos e serviços ofertados.

4.3.3 *Disclosure* voluntário de informações ambientais

Para a realização da análise dos índices de *disclosure* voluntário das informações ambientais foi desenvolvido o Quadro 10.

Quadro 10 - Grau de *disclosure* das categorias de informações ambientais

Categorias de informações	SC	IDV1	IDV2	IDV3	IDV4	IDVM
Políticas ambientais	3	1,04%	1,39%	1,57%	1,22%	1,30%
Gestão e auditoria ambiental	3	0,87%	1,04%	0,87%	1,22%	1,00%
Impactos ambientais dos produtos e processos	5	0,52%	1,04%	0,87%	0,87%	0,83%
Energia	2	0,00%	0,17%	0,00%	0,00%	0,04%
Informações financeiras ambientais	5	0,52%	1,22%	1,22%	0,87%	0,96%
Educação e pesquisa ambiental	2	0,87%	1,22%	1,04%	1,04%	1,04%
Outras informações ambientais	3	0,70%	1,39%	1,22%	0,87%	1,04%
Índice total de <i>disclosure</i> ambientais	23	4,52%	7,48%	6,78%	6,09%	6,22%
Índice geral de <i>disclosure</i> ambientais	69	0,38%	0,62%	0,57%	0,51%	2,07%

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

De acordo com o Quadro 10, observa-se na linha “Índice total de *disclosure* ambiental” que as cooperativas analisadas praticamente deixaram de evidenciar em seus relatórios anuais, compreendidos entre o período de 2011-2014, informações relacionadas à classe ambiental, pois, o índice total de *disclosure* ambiental obtido foi de apenas 6,22%, classificado como um índice de *disclosure* péssimo, de acordo com os critérios de classificação apresentados na metodologia.

Analisando os índices de *disclosure* voluntário anuais, pode se observar que a diferença entre o maior e o menor índice de *disclosure* apresentado pelas categorias de informações são muito pequenas. Dessa forma, pode se observar que nos anos de 2011, 2013 e 2014, a aderência de evidenciação das vinte e cinco cooperativas foi nula, ou seja, 0,0% com relação à categoria de informações “Energia”, enquanto, no de 2013 pode ser verificado que o maior índice de *disclosure* voluntário, de 1,57%, apresentado pela categoria “Políticas ambientais”.

A diferença dos índices máximos e mínimos de *disclosure* de cada categoria acaba influenciando os índices de *disclosure* médio, dessa forma, em meio à classe das informações ambientais, observa-se que a categoria “Políticas ambientais” possui o maior índice médio (1,30%), enquanto a categoria de informação “Energia” apresenta o menor índice médio (0,04%). Sendo assim, pode se constatar que em meio à classe das informações ambientais, às vinte e cinco cooperativas de crédito analisadas evidenciaram com maior frequência, em seus relatórios anuais, informações relacionadas às políticas ambientais adotadas, enquanto

praticamente deixaram de evidenciar informações relacionadas às formas de energia que ocupam para suas atividades produtivas.

Sendo assim, concluí-se que as cooperativas de crédito analisadas deram prioridade para evidenciar de forma voluntária em seus relatórios, primeiramente informações financeiras, seguidas de informações sociais e evidenciando pouquíssimas informações ambientais. Tais resultados podem ser possivelmente justificados, devido ao ramo em que as cooperativas de crédito atuam, e aos princípios cooperativistas, que prezam para o desenvolvimento dos cooperados, dessa forma, como as cooperativas surgem com a função de promover o desenvolvimento de seus associados, sentem-se obrigadas a divulgar as informações que mais se adéquam aos interesses de seus principais usuários, os associados. Entretanto, como as cooperativas também prezam o desenvolvimento sustentável, esperava-se que os índices de *disclosure* ambiental fossem um pouco maiores dos que os apresentados pelas cooperativas analisadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio aos diferentes sistemas políticos, econômicos e sociais marcados pela concorrência de mercado, que acabam por vezes deixando muitos indivíduos à margem do desenvolvimento econômico e social, o cooperativismo surge como uma importante alternativa de resgate social e econômico, por meio da valorização do trabalho e do ser humano. O cooperativismo difunde, em meio à sociedade, valores importantes que atuam em prol do desenvolvimento individual, através da cooperação, que acabam por fim promovendo um desenvolvimento regional, daí surge a importância de estudos nessa área, com propósito de divulgar e favorecer o surgimento de novos estudos sobre o tema.

As cooperativas de créditos têm nas demonstrações contábeis sua principal fonte de informações sobre suas decisões e resultados em meio ao mercado competitivo. Dessa forma, pressupõe-se que as mesmas sejam claras, objetivas, e verdadeiramente informativas, contribuindo para o processo de tomada de decisões de seus usuários. Partindo dessas concepções, este estudo abordou a forma e a frequência com que as informações de origens financeiras, sociais e ambientais estão sendo disponibilizadas nos relatórios das maiores cooperativas de crédito brasileiras.

Cabe ressaltar que as cooperativas de crédito são estimuladas pelos próprios princípios cooperativista a realizarem a evidenciação voluntária, pois tais princípios prezam pela transparência e pela comunicação em meio à sociedade, assim como pelas normas da contabilidade e da governança cooperativa, a divulgarem informações que satisfaçam as necessidades de seus usuários. Entretanto, essa não é uma tarefa muito fácil, pois não se sabe com precisão qual tipo de informação será mais importante para cada perfil de usuário. Por isso, espera-se que os administradores disponibilizem informações para além das previstas pelas exigências legais.

Fazer uma avaliação sobre a quantidade das informações divulgadas por uma organização depende muito de critérios subjetivos que pressupõem a relevância e a real necessidade da informação, pois, como se sabe a prática de *disclosure* exige custos para as organizações, portanto, pressupõe-se que tais custos devem ser menores que os retornos da publicação. Em meio a esse contexto, observa-se que ainda há uma relutância por parte das organizações para aderirem à prática de *disclosure* voluntário devido à falta da observação da relação custo-benefício de tal prática.

Atualmente existe uma série de normas e regulamentações que determinam alguns requisitos básicos, que devem estar contidos nos relatórios e demonstrativos das organizações,

entretanto, sabe-se que quanto maior for o nível de evidenciação, menor será a assimetria informacional, e como resultado os cooperados passaram a ter mais confiança nas ações e decisões tomadas pelos administradores de suas cooperativas. A evidenciação voluntária nas cooperativas de crédito surge como forma de firmar o seu caráter econômico e social, por meio da prática uma gestão eficiente, que visa demonstrar os resultados conquistados.

Dessa forma, foram avaliados os níveis de *disclosure* voluntário das vinte e cinco maiores cooperativas de crédito, através da análise das informações divulgadas em seus respectivos *websites*. Visando alcançar tal objetivo, este estudo concentrou-se em analisar os relatórios referentes aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, publicados pelas cooperativas de crédito. Devido às cooperativas não terem realizado publicações durante todos os períodos analisados, ao todo foram encontrados e analisados 67 demonstrativos. A amostra do estudo foi obtida por meio do Portal do Cooperativismo Financeiro, que baseado nos primeiros dados divulgados pelo BACEN e pela OCB, relativos ao encerramento do ano de 2013, divulgou, no dia 01 de março de 2014, um ranking contendo as 100 maiores instituições financeiras cooperativas do Brasil, o “Ranking das maiores cooperativas de crédito brasileiras – base dez/2013”. Para a coleta dos dados utilizou-se como base a métrica desenvolvida por Murcia (2009), que têm a finalidade de atestar a presença ou ausência das informações de ordem voluntária nos relatórios divulgados pelas cooperativas. Para a análise dos dados, foram aplicados índices de avaliação que permitiram representar quantitativamente a aderência das cooperativas de crédito à divulgação voluntária de informações, através do cálculo do índice total de *disclosure* voluntário de cada cooperativa, do índice de *disclosure* voluntário das informações de ordem financeira, social e ambiental e o índice de *disclosure* geral.

Entre as vinte e cinco cooperativas de crédito analisadas constatou-se que apenas três obtiveram um índice de *disclosure* regular, enquanto onze obtiveram um índice ruim e onze obtiveram um índice péssimo. Dessa forma, concluí-se que as vinte e cinco cooperativas de crédito nacionais, que deveriam surgir como exemplos de boas práticas administrativas para outras organizações de menor porte, não estão realizando uma divulgação de informações voluntárias eficiente com seus todos os seus parceiros ou interessados, pois o índice médio geral de *disclosure* voluntário, obtido pelas organizações analisadas foi de apenas 22,52%, classificando-se, conforme os critérios de avaliação deste estudo, como um índice ruim. Entretanto, destaca-se que os resultados obtidos, neste estudo, limitam-se a um índice de *disclosure* voluntário obtido por meio das informações disponibilizadas pelas cooperativas de crédito em seus respectivos *websites*, pois existem outras formas de se realizar uma

evidenciação voluntária, como por exemplo reuniões com os cooperados, assembleias entre outros eventos.

Foi observado ainda que entre as ordens de informações evidenciadas pelas cooperativas, as de caráter financeiro ganham certo destaque, enquanto, as subcategorias de informações de ambientais estão praticamente ausentes nos relatórios analisados. Mediante essas observações, pode se concluir os relatórios divulgados, de forma voluntária, pelas das vinte e cinco maiores cooperativas de crédito brasileiras apresentam muitas deficiências quanto à quantidade e a qualidade das informações que estas instituições estão divulgando. Tais deficiências acabam comprometendo a função da contabilidade e de excelência da prática administrativa ao meio ao setor, pois como já enfatizado, os gestores devem possuir o desejo informar, pois quanto maior for o número de informações disponibilizadas, menor será a assimetria funcional entre gestores e cooperados, o que induz a uma transparência por parte das organizações.

A principal limitação deste estudo consistiu em adotar uma métrica de *disclosure* voluntário aplicada em empresas de capital aberto para identificar o nível de *disclosure* de cooperativas de crédito, pois, apesar de possuírem uma estrutura similar a outras instituições financeiras, acabam tendo certas especificidades que só a si competem. Outro fator limitante nesta pesquisa foi ausência de um número expressivo de estudos específicos sobre a prática de *disclosure* nas cooperativas de crédito, tal fator também contribui para a relevância deste estudo. Dessa forma, recomenda-se que sejam realizados estudos específicos sobre o tema com o propósito de criar uma maior base conceitual que possibilite a construção de uma métrica de avaliação própria para esse tipo de organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIANÇA COOPERATIVISTA INTERNACIONAL (ACI). Disponível em: <<http://www.ica.coop/coop/principles.html>> Acesso em 09/08/2005>. Acesso: 18 ago. 2015.

ALVES, A. F. R. **Disclosure voluntário das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito goianas.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (título de Bacharel em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, jul., 2013.

ANSCHAU, V. M. **Consolidação de demonstrações contábeis: um estudo de caso no sistema de crédito cooperativo Sicredi.** 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

ARAÚJO, E. A. T.; SILVA, W. A. C. Cooperativas de Crédito: a Evolução dos Principais Sistemas Brasileiros Com um Enfoque em Indicadores Econômico-Financeiro. **Contextus-Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 1, p. p. 117-126, 2011.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de crédito solidário: constituição e funcionamento.** Ministério do Desenvolvimento Agrário; NEAD; ADS; CNDRS, 2001.

BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de Crédito Rural: Agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte.** Florianópolis: UFSC, 113p. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, 1999.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil,** 2006.

CANÇADO, A. C. Para a Apreensão de um Conceito de Cooperativa Popular. In: ANPAD, 29, Brasília, 2005. **Anais...** Brasília: 2005, CD-ROM.

CASARIN, H. C. S; CASARIN, S. J. **Pesquisa científica: da teoria à prática.** [Livro eletrônico], Curitiba: InterSaber, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. **NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas.** Conselho Federal de Contabilidade: Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t108.htm>>. Acesso: 14 set. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. **NBC T 6 – Divulgação das Demonstrações Contábeis.** Conselho Federal de Contabilidade: Brasília, 1992. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t61.htm>>. Acesso: 14 set. 2015.

CUNHA, J.; RIBEIRO, M. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. In: ENANPAD, 30, 2006, Salvador. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2006. CD-ROM.

DANTAS, J. A. *et. al.* A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **E & G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, dez. 2005.

ETGETO, A. A. *et. al.* Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. **Maringá Management**, v. 2, n. 1, 2006.

FRANZ, C. M.; AZAMBUJA, F. M. **A contribuição do cooperativismo de crédito para a eficiência econômica e eficácia social**. Disponível em:<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_2/cristiane.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FREITAG, V. C. *et. al.* O disclosure na percepção dos agentes - associado, colaborador e gestor – na Cooperativa de Crédito Rural Campos Gerais. **XXXIII Encontro da ANPAD**. São Paulo, SP, 19-23 de set, 2009.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa** / [organizado por]; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GERIZ, Sheila Dantas. As cooperativas de crédito no arcabouço institucional do sistema financeiro nacional. **Prima Facie-Direito, História e Política**, v. 3, n. 4, p. 82-110, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOES, M. C. **Cooperativismo de crédito, intercooperação e performance econômica: o SICREDI (Brasil)**. Dissertação (Mestre em Gestão), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD, 2011.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, P. P. C. **Cooperativismo de crédito: uma análise do SICOOB**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Título Bacharel em Gestão do Agronegócio), Universidade de Brasília, Planaltina - DF, 2013.

MURCIA, F. D. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MURCIA, F. D.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.

NAMORADO, R. **Cooperativismo – um horizonte possível**. 2005. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/229/229.php>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 15, 1996. Brasília. **Anais...** Brasília: CFC, 1996. CD-ROM.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/credito_conceito.asp>. Acesso em 09/08/2015.

PINHEIRO, M. A. H. Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil. **Brasília: BCB**, 2008.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n. 36, p. 7 - 20, setembro/dezembro 2004.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Ranking das maiores cooperativas de crédito brasileiras – base dez/2013**. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2014/03/ranking-das-maiores-cooperativas-de-credito-brasileiras-base-dez2013/>> Acesso em: 20 ago. 2015.

RAIMUNDINI, S. L. *et. al.* Evidenciação das demonstrações contábeis consolidadas do Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI. *Revista Ambiente Contábil – UFRN – Natal-RN*. v. 4. n. 2, p. 149 – 171, jul./dez. 2012.

RODRIGUES, Herbert Simões *et al.* Estudo da Influência da Abertura de Capital na Formação do Nível de *Disclosure* Voluntário: Uma Análise Ex Ante e Ex Post. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 6, n. 3, 2014.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SISTEMA OCB. CNCOOP, OCB, SESCOOP. Disponível em: <http://www.ocbrj.coop.br/web/emanager/documentos/upload_/Anexo_Oficio_Circular_73_2015_Quadro_de_Evolucao_do_Cooperativismo_de_Credito_2006_2014_.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SCHULTZ, C. A.; MARQUES, T. O.; MURCIA, F. D.-R.; HOFER, E. *Disclosure* voluntário de informações ambientais, econômicas e sociais em cooperativas do setor agropecuário. **Teoria e Prática em Administração**, v. 2, n. 2, p. 56–77, Abr. 2012.

STECCA, J. P. **Estratégias genéricas na gestão de pessoas e comprometimento organizacional: um estudo em sociedades cooperativas de crédito**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2014.

TONDOLO, V. A. G.; BITENCOURT, C. C. Uma perspectiva baseada em recursos no agronegócio cooperativo. **RAE electron**, vol.7, n.1, São Paulo, jan./jun., 2008.

UEMA, R. K. *Disclosure*: fundamental para transparência no sistema financeiro – recomendações internacionais. **9ª Semana de Contabilidade do Banco Central do Brasil**, 2000.

ZILIOOTTO, W. E.; VALERIO, L. B. Estratégias de prospecção de novos associados em uma cooperativa de crédito em Rio Negro – PR. **Ágora: R. Divulg. Cient.**, v. 18, n. 2, p. 161-192, dez. 2011.

ANEXO A - Ranking das maiores cooperativas de crédito brasileiras – base dez/2013

Relação das Maiores Cooperativas de Crédito do Brasil - base dez/2013										
Sigla	UF	Município	Ativos Totais	Rnk	Operações de Crédito *	Rnk	Total de Depósitos **	Rnk	Patrimônio Líquido	Rnk
SICOOB CREDITRUS	SP	BEBEDOURO	3.494.827	1	2.247.873	1	1.359.872	1	909.919	1
SICOOB COCRED	SP	SERTAOZINHO	1.895.174	2	1.100.696	4	690.138	6	320.630	3
VIACREDI	SC	BLUMENAU	1.758.544	3	1.201.216	2	1.223.873	2	405.926	2
SICREDI OURO VERDE MT	MT	LUCAS DO RIO VERDE	1.453.964	4	1.109.526	3	398.348	18	256.917	6
SICOOB COOPERFORTE	DF	BRASILIA	1.369.693	5	984.864	5	995.131	3	302.775	4
SICREDI UNIÃO PR	PR	MARINGA	1.243.883	6	773.615	6	688.492	7	157.953	15
CREDICOAMO	PR	CAMPO MOURAO	1.203.733	7	540.694	11	364.269	22	258.193	5
SICREDI PIONEIRA RS	RS	NOVA PETROPOLIS	1.179.789	8	630.582	8	883.925	5	195.657	9
SICOOB CREDICOM	MG	BELO HORIZONTE	1.044.588	9	311.433	38	912.791	4	106.003	35
SICREDI VANGUARDA PR/SP	PR	MEDIANEIRA	968.357	10	640.203	7	579.841	10	153.653	17
SICREDI UNIÃO RS	RS	CERRO LARGO	967.294	11	557.208	9	560.657	11	168.865	12
SICREDI CELEIRO DO MT	MT	SORRISO	938.687	12	555.197	10	312.408	30	140.386	20
SICREDI REGIÃO DOS VALES RS	RS	ENCANTADO	889.071	13	276.163	50	635.547	8	158.536	14
UNIPRIME PARANÁ	PR	LONDRINA	818.469	14	371.884	27	508.581	12	254.333	7
SICREDI SERRANA RS	RS	CARLOS BARBOSA	814.804	15	372.988	26	606.715	9	96.545	39
SICOOB COOPCREDI	SP	GUARIBA	767.638	16	272.344	51	365.001	21	109.974	32
SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD	PR	PALOTINA	758.107	17	426.847	19	404.849	17	111.892	31
SICREDI PLANALTO GAUCHO RS	RS	CRUZ ALTA	746.966	18	503.636	15	299.582	35	128.648	25
SICOOB CREDICOONAI	SP	RIBEIRAO PRETO	739.452	19	523.656	13	266.158	43	150.141	19
SICREDI CENTRO-SUL MS	MS	DOURADOS	700.880	20	462.999	16	331.972	27	136.000	24
UNICRED CENTRO BRASILEIRA GO	GO	GOIANIA	694.779	21	525.151	12	505.277	13	157.676	16
SICOOB MAXICRÉDITO	SC	CHAPECO	638.688	22	396.102	21	410.157	16	123.578	26
SICREDI NORTE RS/SC	RS	ERECHIM	634.939	23	397.656	20	391.027	19	81.929	50
UNICRED FLORIANÓPOLIS	SC	FLORIANOPOLIS	619.230	24	438.676	17	471.565	14	139.344	22
SICOOB LESTE CAPIXABA	ES	LINHARES	600.871	25	518.327	14	298.591	36	140.238	21
SICREDI REGIAO CENTRO RS	RS	SANTA MARIA	593.815	26	379.923	23	324.020	28	95.995	40
UNICRED JOÃO PESSOA	PB	JOAO PESSOA	573.893	27	428.183	18	340.737	25	202.716	8
SICREDI ALTO XINGU	MT	CANARANA	550.603	28	375.068	25	141.905	85	102.392	36
UNICRED POA	RS	PORTO ALEGRE	550.119	29	285.108	44	456.086	15	80.798	51
SICREDI PAMPA GAÚCHO RS	RS	ITAQUI	544.488	30	327.425	34	240.968	50	152.608	18
SICREDI NOROESTE RS	RS	TRES DE MAIO	522.872	31	301.007	41	260.836	45	112.238	30
SICREDI OURO BRANCO RS	RS	TEUTONIA	519.668	32	277.246	49	337.855	26	83.510	49
SICREDI ALTOS DA SERRA RS	RS	TAPEIARA	511.816	33	304.195	40	270.331	42	97.266	38
SICREDI ALTO URUGUAI RS/SC	RS	RODEIO BONITO	510.189	34	312.062	37	311.507	31	95.451	42
SICREDI CAMPOS GERAIS PR	PR	PONTA GROSSA	495.480	35	304.801	39	258.184	47	56.868	71
SICOOB METROPOLITANO	PR	MARINGA	494.488	36	362.503	28	376.923	20	71.323	55
SICOOB SUL SERRANO	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	493.824	37	388.746	22	284.118	40	117.522	27
SICOOB SÃO MIGUEL	SC	SÃO MIGUEL D'OESTE	493.408	38	349.316	31	293.026	39	95.871	41
SICREDI IBIRAIARAS RS	RS	IBIRAIARAS	465.989	39	246.042	55	295.130	37	68.800	57
SICREDI VALE DO TAQUARI RS	RS	LAJEADO	461.255	40	189.591	75	342.511	24	80.788	52
SICOOB NORTE	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	460.296	41	377.600	24	184.556	69	109.580	33
SICREDI CENTRO SERRA RS	RS	AGUDO	453.672	42	233.851	57	261.760	44	89.373	46
SICREDI SUDOESTE MT	MT	TANGARA DA SERRA	446.717	43	329.036	33	170.594	76	84.382	48
SICREDI UNIVALES MT	MT	JUINA	446.228	44	326.095	35	193.038	65	107.396	34
SICREDI DAS CULTURAS RS	RS	AUGUSTO PESTANA	445.154	45	257.735	53	208.138	62	92.222	44
UNICRED MT	MT	CUIABA	444.591	46	356.860	29	276.085	41	137.291	23
SICOOB CREDI RURAL	GO	RIO VERDE	439.098	47	329.586	32	126.936	92	160.606	13
SICOOB SUL	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	437.965	48	349.365	30	219.629	57	113.044	29
SICREDI FRONTEIRA PR/SC	PR	CAPANEMA	432.618	49	295.606	43	255.166	48	86.325	47
UNICRED LITORAL SC	SC	ITAJAI	429.049	50	325.888	36	357.382	23	67.275	59
SICREDI ZONA SUL RS	RS	PELOTAS	411.887	51	256.032	54	240.107	51	66.558	60
UNICRED FORTALEZA	CE	FORTALEZA	406.722	52	277.836	48	293.137	38	91.921	45
SICREDI BOTUCARAIS RS	RS	SOLEDADE	402.725	53	243.605	56	214.530	61	73.595	54
SICREDI SUL MT	MT	RONDONOPOLIS	399.025	54	280.475	47	161.140	77	64.013	63
SICOOB NORTE DO PARANÁ	PR	LONDRINA	398.041	55	257.752	52	305.557	34	48.704	81
UNICRED CAMPINAS	SP	CAMPINAS	386.849	56	226.532	59	319.605	29	62.746	65
SICREDI REGIAO DA PRODUCAO RS	RS	SARANDI	373.963	57	204.464	66	215.243	58	46.936	83
SICREDI UNIAO METROPOLITANA RS	RS	PORTO ALEGRE	372.702	58	152.093	90	305.639	33	35.469	98
UNICRED RIO	RJ	RIO DE JANEIRO	370.479	59	283.009	45	306.477	32	56.176	72
SICOOB CREDIAUC	SC	CONCORDIA	369.620	60	164.293	84	245.009	49	54.687	73
SICREDI VALE DO SÃO LOURENCO MT	MT	CAMPO VERDE	356.412	61	300.143	42	85.342	99	59.881	69
SICOOB AGROCREDI	MG	GUAXUPE	351.836	62	225.084	60	133.615	88	92.902	43
SICREDI IGUAQU PR/SC	PR	SÃO JOAO	350.123	63	216.099	64	191.048	67	62.000	66
SICREDI ALTO NORDESTE RS	RS	MARAU	347.265	64	167.105	82	214.603	60	61.273	67
SICOOB CENTRO SERRANO	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	341.967	65	282.437	46	151.206	81	65.592	61
SICREDI CENTRO LESTE RS	RS	CACHOEIRA DO SUL	335.888	66	196.411	71	189.209	68	39.387	92
SICREDI VALE DO RIO PARDO RS	RS	SANTA CRUZ DO SUL	332.166	67	196.481	70	230.568	55	50.391	77
SICOOB PINHALZINHO	SC	PINHALZINHO	325.887	68	203.593	67	198.494	64	64.849	62
SICOOB COCREFOCAPI	SP	PIRACICABA	321.029	69	115.604	98	173.881	75	69.076	56
UNICRED INTEGRAÇÃO	RS	CAXIAS DO SUL	315.100	70	174.478	81	260.182	46	49.107	80
SICREDI NORTE MT	MT	COLIDER	310.126	71	227.656	58	133.482	89	59.226	70
SICOOB ENGECDRE GO	GO	GOIANIA	308.970	72	153.898	89	191.058	66	113.221	28
SICOOB BLUCREDI	SC	BLUMENAU	307.222	73	222.753	62	226.587	56	38.524	96
SICREDI VALE DO JAGUARI RS	RS	SANTIAGO	300.651	74	190.384	74	125.807	93	77.772	53
SICOOB CREDISULCA	SC	TURVO	300.118	75	131.295	95	181.926	71	60.910	68
COOPMIL	SP	SÃO PAULO	298.420	76	224.288	61	100.654	97	186.663	11
SICREDI SÃO CRISTOVAO PR/SC	PR	MARIOPOLIS	297.763	77	192.236	73	177.427	73	47.229	82
SICREDI PLANALTO MEDIO RS	RS	PASSO FUNDO	295.617	78	199.704	68	181.409	72	39.094	94
SICOOB CREDIP	RO	PIMENTA BUENO	294.162	79	222.711	63	148.573	82	44.135	86
CECREMEF	RJ	RIO DE JANEIRO	286.592	80	90.540	99	233.252	52	46.823	84
SICREDI AGROEMPRESARIAL PR	PR	MANDAGUARI	284.533	81	178.023	78	174.854	74	41.876	89
SICREDI COSTA OESTE PR	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	280.190	82	151.965	91	152.584	79	68.183	58
UNICRED OESTE SC	SC	CHAPECO	275.584	83	205.561	65	232.952	53	39.328	93
UNICRED BLUMENAU	SC	BLUMENAU	272.889	84	166.777	83	231.925	54	38.682	95
SICREDI CELEIRO RS/SC	RS	CAMPO NOVO	268.064	85	199.659	69	145.548	83	50.804	76

UNICRED SUL SC	SC CRICIUMA	267.240	86	194.249	72	215.060	59	46.691	85
UNICRED ALAGOAS	AL MACEIO	261.814	87	163.535	85	154.388	78	99.047	37
SICREDI PARANAPANEMA PR/SP	PR CAMBARA	261.258	88	176.796	80	130.195	91	39.429	91
UNICRED METROPOLITANA	SP SANTOS	261.226	89	178.310	77	200.265	63	50.306	78
SICREDI ESPUMOSO RS	RS ESPUMOSO	253.944	90	142.386	94	116.433	94	54.155	74
SICREDI NOSSA TERRA PR	PR CAFELANDIA	253.040	91	142.475	93	131.118	90	49.759	79
SICREDI ROTA DAS TERRAS RS	RS TAPERA	250.061	92	154.512	86	113.946	95	52.367	75
SICREDI ALTO JACUI RS	RS NAO-ME-TOQUE	247.989	93	129.357	96	135.585	86	43.950	87
SICREDI NORTE SUL PR/SP	PR SANTO ANTONIO DA PLATINA	237.201	94	154.171	88	135.042	87	32.244	99
SICREDI CELEIRO CENTRO OESTE	MS SAO GABRIEL DO OESTE	232.934	95	154.226	87	85.416	98	42.138	88
UNICRED CAMPO GRANDE	MS CAMPO GRANDE	227.792	96	77.788	100	152.474	80	63.595	64
SICOOB VIDEIRA	SC VIDEIRA	218.997	97	124.056	97	143.767	84	39.972	90
CCME EMBRAER	SP SAO JOSE DOS CAMPOS	218.567	98	183.427	76	9.466	100	192.638	10
SICREDI FRONTEIRA SUL RS	RS BAGE	218.089	99	145.328	92	110.113	96	37.958	97
UNICRED BANDEIRANTE	RJ AMERICANA	217.936	100	177.216	79	182.724	70	27.762	100
Subtotal das 100 maiores		54.438.397		33.631.179		30.340.810		10.767.098	
Total das 1.154 cooperativas singulares		90.936.380		56.277.025		49.869.136		20.401.575	
% das 100 maiores em relação ao total		60%		60%		61%		53%	

Fonte: BACEN – posição de dez/2013.

Observação: valores em R\$ mil

* Não estão consideradas as operações de crédito registradas no Ativo Compensado (BNDES, Finame)

** Não estão consideradas as captações em Fundos de Investimento, Previdência, Poupança Rural e LCA